



Comissão
Europeia

[OUTONO 2012 ▶ N.º 43]

panorama

inforegio

▶ Investir em regiões

Utilizar instrumentos
financeiros para
alavancar o apoio
à política regional

▶ Entrevista com
Jacques Delors

▶ Reorientar os fundos
para combater a crise
económica

▶ *Open Days* –
fazer a diferença

Política
Regional

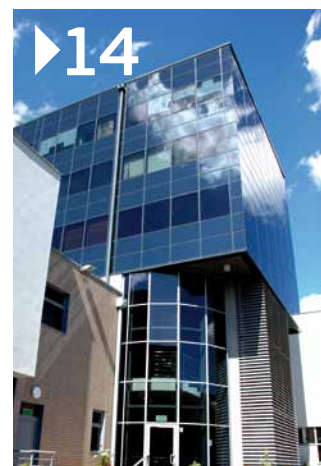
▶ EDITORIAL	3
Comissário Johannes Hahn	
▶ ENTREVISTA	4-7
Jacques Delors – Reflexões sobre a política de coesão	
▶ DESTAQUE	8-13
UTILIZAR INSTRUMENTOS FINANCEIROS PARA APOIAR A POLÍTICA REGIONAL	
▶ NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS	14-19
Perspetivas regionais e nacionais sobre a política de coesão	
▶ PRESIDÊNCIA CIPRIOTA DA UE – PRIORIDADES PARA A POLÍTICA DE COESÃO	20-21
▶ COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA 2014-2020	22-23
▶ REGIÕES E CIDADES DA EUROPA: FAZER A DIFERENÇA	24-25
▶ REPROGRAMAR OS FUNDOS ESTRUTURAIS PARA COMBATER A CRISE ECONÓMICA	26-27
▶ ESTRATÉGIA DA UE PARA A REGIÃO DO DANÚBIO: UM ANO EM AÇÃO	28-29
▶ EXEMPLOS DE PROJETOS	30-33
Exemplos de projetos da Polónia, República Checa e Itália, e um projeto de Cooperação Territorial Europeia do Programa Periferia Setentrional	
▶ MAPAS	34-35
▶ Taxa de desemprego, 2011	
▶ Alterações na taxa de desemprego, 2007-2011	
▶ ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA UMA MELHOR COESÃO TERRITORIAL	36-37
▶ O ECO WORLD STYRIA, VENCEDOR DO REGIOSTARS, MANTÉM A DINÂMICA	38
▶ PRÉMIOS REGIOSTARS 2013: FINALISTAS ANUNCIADOS	39
▶ AGENDA	40



▶ 8



▶ 4



▶ 14



▶ 28



▶ 38

Fotografias (páginas):

Capa: © Comissão Europeia
 Páginas 8, 9, 25, 27, 28, 29, 39: © Comissão Europeia
 Páginas 3, 4, 6: © Notre Europe
 Página 10: © North East Finance – KredEx – Duda Breseeg, Neem
 Página 12: © Wielkopolskie Centrum Wspierania Inwestycji Sp. z o.o. – HOSSA S.A.
 Página 15: © Ministério do Desenvolvimento Regional Polaco
 Página 16: © Sky-Watch
 Página 17: © Centro de Inovação Negundo
 Página 18: © Parque de Ciência e Tecnologia de Gdansk
 Página 19: © La Cub – Didier Doustin – Anthony Rojo
 Páginas 21, 36, 37: © Shutterstock
 Página 22: © GRaBS
 Página 23: © Haparanda/Tornio
 Página 25: © Governo da Catalunha
 Página 30: © PGNIG S.A.
 Página 31: © Ministério do Desenvolvimento Regional, República Checa
 Página 32: © Mitchell O’Gorman
 Página 33: © METALPROGETTI spa

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão. Esta revista está disponível na Internet em 21 línguas no site http://ec.europa.eu/regional_policy/information/panorama/index_pt.cfm

As opiniões expressas na presente publicação vinculam apenas os seus autores e não reflectem, necessariamente, os pontos de vista da Comissão Europeia.

▶ EDITORIAL



Uma das vias inovadoras para melhorar a eficácia e eficiência da política regional da UE é a utilização de instrumentos financeiros. Estes mecanismos de assistência, que variam desde técnicas de engenharia financeira até mecanismos de assistência técnica, podem ajudar a atrair mais financiamento e a adquirir conhecimentos e experiência adicionais.

Desenvolvidos e aperfeiçoados durante o programa 2007-2013, em cooperação com o Banco Europeu de Investimento, estes instrumentos financeiros inovadores são agora um importante elemento do próximo quadro financeiro plurianual (2014-2020). Visam alavancar investimentos extraordinários que permitam realizar os objetivos da Europa 2020, o que significa investimentos específicos na sustentabilidade, novas tecnologias, promoção de competências e inovação. São precisamente estas as áreas que precisam de ser impulsionadas para gerarem emprego e crescimento.

10 anos de *Open Days*

Em outubro próximo, assinalamos 10 anos da Semana Europeia das Regiões e Cidades – *Open Days*. Esta semana de encontros transformou-se no mais importante evento anual para as autoridades regionais e locais. Têm aqui a oportunidade de se reunirem em Bruxelas com decisores regionais, nacionais e europeus e de apresentarem os projetos e as ações levados a cabo nas suas regiões, bem como o respetivo contributo para a política de coesão da UE.

Organizados em cooperação com o Comité das Regiões, o tema dos *Open Days* deste ano é «Regiões e cidades da Europa: fazer a diferença». O evento constituirá uma oportunidade para iniciar um debate sobre o futuro da Europa, a sua política de coesão e a sua governação a vários níveis.

A inspiração de Delors

Neste contexto, temos a honra de falar com o antigo presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, sobre o progresso da política de coesão da Europa. A atual política de coesão é, em boa parte, inspiração do antigo Presidente, que percebeu a necessidade de se agir para equilibrar o desenvolvimento das economias regionais da Europa. Independentemente dos imperativos da crise económica, os argumentos para uma política regional baseada na solidariedade, na coesão e em investimentos inteligentes e específicos são tão válidos como sempre.

Johannes Hahn

Membro da Comissão Europeia responsável pela Política Regional

▶ JACQUES DELORS – REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE COESÃO



« É importante distinguir entre a solidariedade europeia face à crise económica e a solidariedade primordial da Europa. »

Em entrevista à *Panorama*, Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia entre 1985 e 1995, sublinhou a importância que a política de coesão continua a ter para o desenvolvimento futuro das regiões da Europa e apela a um novo cálculo radical do bem-estar económico para assegurar que todos os benefícios do desenvolvimento regional são tidos em consideração.

Crise económica

Embora a melhoria da competitividade da Europa seja de importância vital, tal como a criação de emprego, a política de coesão não deve ser confundida com a política de competitividade, sublinha o antigo Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors.

«É importante distinguir entre solidariedade europeia face à crise económica e a solidariedade primordial da Europa. São duas coisas diferentes. Quando há um incêndio, como é óbvio, precisamos dos bombeiros, mas, ao mesmo tempo, precisamos dos arquitetos que trabalham a longo prazo. Na minha opinião, a política estrutural não deve ser negligenciada devido à necessidade de responder à crise. Esta tem a sua própria lógica que, se necessário, pode ser ajustada de acordo com a evolução da realidade económica.»

Em declarações à *Panorama* a partir do seu gabinete no grupo de reflexão Notre Europe, em Paris, Delors rejeita a ideia de que a política regional da UE seja uma mera política de redistribuição. «Para mim, a política regional é, acima de tudo, um instrumento para o desenvolvimento que tem como valor acrescentado um efeito de redistribuição.»

O antigo Presidente da Comissão salienta a importância de uma abordagem mais estruturada à política da UE. «Na atual Europa de 27 Estados-Membros, não podemos negligenciar esta dimensão mais estruturada, que também incorpora um dos pontos filosóficos da construção europeia, que é a subsidiariedade.»

«O nível de divergência no desenvolvimento económico de determinadas regiões sempre foi a realidade que tivemos de enfrentar e a política de coesão foi concebida para permitir que as regiões subdesenvolvidas resistissem à concorrência e,

simultaneamente, pudessem dar o seu contributo para a Europa. Todas as propostas que desenvolvemos respeitaram os meus três princípios primordiais: Competição, cooperação e solidariedade. É impossível eliminar um destes elementos e construir a Europa com êxito.»

Avaliar o desenvolvimento económico

Como devemos avaliar o desenvolvimento económico é a pergunta lançada por Delors. «Há 10 anos, precisávamos de 30 minutos para chegar ao trabalho, agora precisamos de 45 minutos. Os congestionamentos no tráfego aumentam com a subida do PIB, porque consumimos mais carros e mais combustível. Chego à conclusão que os cidadãos perderam entre meia a uma hora do seu tempo livre e não tiveram qualquer enriquecimento.»

Uma questão fundamental para o antigo economista é apurar como é que estes fatores estão a ser avaliados. «A nossa medida contabilística atual é o PIB, mas este não considera de forma efetiva a noção de bem-estar. Precisamos de uma nova forma de cálculo do desempenho, nomeadamente no contexto regional. Quando tivermos esse sistema de avaliação de desempenho, iremos perceber que há muita riqueza nova nas regiões.»

Delors foi, de facto, o autor de um livro sobre esta matéria, *Les Indicateurs Sociaux*, em 1971, e este é um tópico muito discutido atualmente entre economistas. «Não podemos avançar para um novo modelo de desenvolvimento e manter os métodos de cálculo tradicionais aplicáveis ao crescimento tradicional.»

«Não podemos avançar para um modelo que contabilize o tempo de lazer, a natureza e os recursos sem mudarmos o nosso método de cálculo. Temos de repensar completamente a forma como calculamos o desempenho económico. E se avançarmos para um método de cálculo diferente, a política regional irá parecer muito mais útil.»

Origens da política de coesão

«Antes de ter chegado à Comissão Europeia, em 1985, havia o fundo social, o fundo regional e o fundo agrícola», explica Delors. «Eles já existiam. Quando se iniciaram as negociações de adesão com Espanha e Portugal, os membros dos “dez” do sul mostraram-se preocupados com os diferentes níveis de desenvolvimento. Para responder a estes receios, propusemos o Programa Integrado Mediterrânico (PIM). Este foi o primeiro exemplo de cooperação regional integrada destinada a solucionar os problemas económicos e sociais da região mediterrânica.»

«Foi o sucesso do PIM que levou à ideia de ação coordenada ou “síntese” e eu propus esta ideia de “coesão” económica e social que se tornou uma realidade através da criação da política de coesão. Era evidente que o Mercado Único não podia progredir sem uma política de coesão económica e social. Esta tornou-se uma das pedras basilares do Ato Único que, a meu ver, reavivou a Europa.» ▶▶



PERFIL: JACQUES DELORS

Jacques Delors foi presidente da Comissão Europeia entre 1985 e 1995 e foi a primeira pessoa a cumprir três mandatos neste cargo.

Economista de formação, foi membro do Parlamento Europeu entre 1979 e 1981, tendo sido presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

Sob os governos do Presidente François Mitterrand, Delors desempenhou em França os cargos de Ministro da Economia e das Finanças, entre 1981 e 1983, e Ministro da Economia, Finanças e do Orçamento, entre 1983 e 1984.

Durante a sua Presidência da Comissão, preparou o caminho para a introdução do Mercado Único da UE, que entrou em vigor em janeiro de 1993. No âmbito deste programa, promoveu o desenvolvimento de uma política de coesão para as regiões da Europa.

Em 1996, Delors fundou o grupo de reflexão Notre Europe, sediado em Paris, e continua a ser um dos seus presidentes.

Em 2010, Delors apoiou a nova iniciativa do Grupo Spinelli, fundado com o objetivo de reavivar a luta por uma federalização da União Europeia (UE).

»» **Aproximar os cidadãos**

Delors acredita que a política de coesão é uma forma de aproximar o projeto europeu dos cidadãos europeus e de solucionar o défice democrático.

Aponta os milhares de projetos financiados através da política de coesão como sendo uma prova reconhecida pelos cidadãos de que a UE está a trabalhar para eles.

Parceria com as regiões

Delors mantém-se um fervoroso defensor da necessidade de proteger e promover o direito de iniciativa da Comissão e o seu papel incisivo no tratamento com as regiões.

«O que eu queria no início era uma verdadeira parceria entre as regiões e a Comissão. Não se trata de uma Europa das regiões a trabalhar contra a Europa dos Estados», explica Delors. «É, sobretudo, uma parceria entre a Comissão e as regiões através da qual a Comissão poderia desenvolver um extenso leque de ferramentas destinadas a promover o desenvolvimento regional ao mesmo tempo que divulgava boas práticas.»

« O que eu queria no início era uma verdadeira parceria entre as regiões e a Comissão. »

«Infelizmente, aquilo a que temos assistido é a uma evolução para uma excessiva centralização, com os Estados-Membros a falarem pelas regiões», afirma. «Esta não é a política de coesão que eu imaginei. A Comissão, através dos seus programas e da sua experiência no terreno, deve ter uma noção sensata de como alcançar o desenvolvimento.» Segundo ele, «a Comissão é a única instituição que pensa na Europa todos os dias.»

Delors acredita que a centralização aplicada em todos os países é um revés para a Europa das regiões. «Aquilo que nós tínhamos concebido era uma parceria na qual todos aprendiam com todos», sublinha. »»

► **NOTRE EUROPE – UMA INICIATIVA DE DELORS**



Notre Europe é um grupo de reflexão com sede em Paris, fundado por Jacques Delors, cujo trabalho e recomendações políticas se inspiram no seu pensamento.

Recentemente, publicou um relatório sobre o futuro da política de coesão, *The «Cohesion Pact»: Weathering the Crisis* por Marjorie Jouen (disponível em francês e inglês).

O relatório defende que:

Devemos criar as condições para uma transição para um «modelo de desenvolvimento inteligente, ecológico e inclusivo», conforme defendido pela estratégia Europa 2020, e encarar a política de coesão como um instrumento do progresso e do bem-estar social, o que pode exigir novos critérios de elegibilidade.

Devemos restabelecer a ligação democrática entre os europeus e a União, tornando os resultados obtidos com os fundos europeus tangíveis para os cidadãos e confiando mais num «desenvolvimento local liderado pela comunidade».

A política de coesão futura também será mais credível com uma simplificação dos processos, o que implicaria assegurar a todo o custo que os fundos europeus estão disponíveis a pequenos promotores de projetos locais.

► **SAIBA MAIS**

- <http://notre-europe.eu/>
- <http://www.notre-europe.eu/en/axes/competition-cooperation-solidarity/works/publication/the-cohesion-pact-weathering-the-crisis/>

»» Emprego e educação

Delors tem um interesse de longa data na educação. Foi ele quem, em 1971, lançou em França a lei sobre a formação contínua (*la formation professionnelle continue* – FPC), que obrigava as empresas a consagrarem parte dos seus lucros a oportunidades educativas para os respetivos funcionários. Também presidiu, entre 1993 e 1996, a uma Comissão da UNESCO para a Educação no Século XXI, cujo último relatório foi publicado com o título «Educação: um tesouro a descobrir.»

Uma das suas maiores realizações foi o lançamento do programa de mobilidade para estudantes ERASMUS. «Pessoalmente, estou muito satisfeito por ter promovido a criação do programa ERASMUS. Mais uma vez, isto demonstra a importância da Comissão ter o direito de iniciativa. Sem isso, o programa ERASMUS nunca se teria concretizado. Este direito de iniciativa da Comissão tem de ser preservado», sublinha.

«Todavia, não basta os governos falarem sobre educação, também têm de criar emprego. Precisamos de uma economia capaz de criar emprego e educação com melhor qualidade. São duas coisas que estão ligadas. A ideia de que quem tiver instrução vai encontrar emprego não é verdadeira.»

O problema esquecido do desemprego dos jovens

Delors acredita que os interesses dos jovens europeus foram negligenciados ao longo dos últimos 20 anos. «No Livro Branco sobre o crescimento e a competitividade que propus em 1993, afirmei que nós, a geração adulta, temos uma tendência para resolver os nossos problemas entre nós, sem ter em conta a geração mais jovem. Ao acumular dívida, ao não resolver os problemas da segurança social, ao negligenciar a fraqueza do nosso sistema educativo, colocámos um peso excessivo sobre os nossos jovens – um peso que é injusto. Eles estão a pagar por isso hoje.»

O ambiente urbano e rural

Embora sem subestimar a importância económica das PME, Delors não hesita em afirmar que este é apenas um fator económico entre muitos. «Não é por estarmos num determinado ponto do ciclo económico que nos devemos concentrar num e esquecer os restantes. A nossa política também deveria estar preocupada com a agricultura, a gestão dos recursos naturais, as florestas – das quais pouco se fala – com o equilíbrio territorial e com a capacidade criativa da indústria e dos serviços. Devem ser concebidas políticas que permitam o aparecimento e o sucesso do máximo de iniciativas em qualquer setor.»

« Deveríamos estar a criar uma União Europeia da diversidade, com o máximo de iniciativas a surgirem da base. »»

O antigo Presidente da CE não hesita em salientar que a Europa é património de todos e que, como tal, a política regional é matéria para todos. «Tal como a sociedade europeia é um equilíbrio entre a sociedade e o indivíduo, também é um equilíbrio entre o movimento urbano, a vida rural e a natureza. Este é o nosso património», afirma.

«Há um importante fenómeno na sociedade, a que se chama ruralidade e do qual pouco se fala», refere. «Temos países onde 80 por cento do território é urbano. A ruralidade é, por conseguinte, um elemento essencial e deve ser protegida e dotada de condições para se desenvolver. É aqui que, frequentemente, as desigualdades são mais acentuadas. São também as pessoas que aqui vivem que estão mais habilitadas a cuidar do património natural.»

Desenvolvimento mais estruturado

Delors explica que, embora organismos como o Comité das Regiões sejam úteis, não substituem aquilo que é necessário e que é um desenvolvimento mais estruturado. «A par do desenvolvimento macroeconómico, os agentes económicos a nível local precisam de ser capazes de se mobilizarem. Em França, por exemplo, participo em reuniões onde esta mobilização local é debatida. Temos, por exemplo, a organização “Sol et Civilisation”, que foi fundada por agricultores franceses para estudar a experiência de outros países europeus e divulgar este conhecimento a nível local.»

«Acredito que cada cidadão europeu deve ser capaz de controlar o seu destino através da economia social, ao mesmo tempo que respeita a diversidade da Europa e a sua identidade. Deveríamos estar a criar uma União Europeia da diversidade, com o máximo de iniciativas a surgirem da base.»



▶ UTILIZAR INSTRUMENTOS FINANCEIROS PARA APOIAR A POLÍTICA REGIONAL

Um dos principais objetivos do próximo quadro financeiro plurianual, «Um orçamento para a Europa 2020», é alavancar investimento extraordinário para a concretização dos objetivos da política europeia fazendo maior uso de instrumentos financeiros inovadores. A *Panorama* observa o valor acrescentado dos instrumentos financeiros para a política regional e o modo como a Comissão os está a integrar nas suas propostas pós 2013.

Utilizados nas circunstâncias certas e do modo certo, os instrumentos financeiros podem desempenhar um papel importante na maximização da eficiência e da eficácia da aplicação da política regional – uma prioridade clara face ao atual contexto económico e financeiro.

Os instrumentos financeiros são um modo alternativo de usar recursos do setor público para alcançar de forma mais eficaz os objetivos da política, através do aproveitamento de práticas e agentes comerciais e do estímulo à participação do capital do setor privado. Estes assumem diversas formas, como empréstimos, garantias de empréstimos, capitais próprios, capitais de risco e microfinanciamento. Todos estes têm em comum uma natureza rotativa, o que significa que os fundos iniciais podem ser usados várias vezes através de diversos ciclos rotativos, por exemplo:



Os instrumentos financeiros podem acrescentar mais valor através da sua capacidade para atraírem financiamento adicional e juntar o conhecimento e a experiência adicionais de diferentes parceiros, incluindo o Grupo Banco Europeu de Investimento (BEI) e o setor privado. O fornecimento de assistência reembolsável pode também encorajar um melhor desempenho da parte dos beneficiários, incluindo projetos de melhor qualidade e maior disciplina financeira.

Uma avaliação de impacto aos empréstimos a taxa reduzida financiados pelo FEDER no Norte da Itália concluiu que um euro de um pequeno empréstimo a taxa reduzida alavancou 4,5 euros de investimento privado, em comparação com um grupo de controlo de dotações de capital fornecidas a empresas semelhantes, que não geraram qualquer alavancagem significativa. Além disso, o custo por beneficiário foi de apenas 30 000 euros nos empréstimos a taxa reduzida contra 64 000 euros nas dotações.



Instrumentos financeiros – experiência até à data

Desde 1994-1999 que a política regional disponibiliza instrumentos financeiros em montantes limitados, nomeadamente para pequenas e médias empresas (PME). No período 2007-2013, a utilização de instrumentos financeiros tornou-se mais abrangente e o seu âmbito foi alargado para além do apoio às PME de modo a incluir o desenvolvimento urbano sustentável e a eficiência energética.

Os últimos dados disponíveis demonstram que, até ao fim de 2011, cerca de 5% das alocações do FEDER no período de programação 2007-2013 tinham sido entregues a instrumentos financeiros, representando um total de quase 500 fundos. Cerca de 25 Estados-Membros e um programa transfronteiriço tinham dois ou mais fundos em aplicação para empresas, enquanto, pelo menos, sete Estados-Membros dispunham de fundos para o desenvolvimento urbano e cinco Estados-Membros tinham definido fundos exclusivamente centrados em atividades de eficiência energética e energias renováveis. Foram feitos mais de 20000 investimentos em empresas.

Os fundos foram definidos tanto a nível nacional como regional; alguns são fundos autónomos e outros são fundos de participação. A maioria dos instrumentos financeiros corresponde a fundos de empréstimos, com os fundos de capital e de garantia a surgirem a seguir em termos de número e de recursos atribuídos. Estes fundos criam um efeito multiplicador com mais recursos a serem acrescentados a partir dos orçamentos nacionais ou regionais, de bancos e de outros investidores. Dados recentes mostram que cada euro de recursos públicos alavanca entre um e dois euros em empréstimos, entre um e três euros em participações no capital e entre um e oito euros em empréstimos garantidos. ▶▶



Data de início:
2010
Volume do fundo:
155 000 000 EUR
Contribuição da UE:
53 000 000 EUR

▶APOIO ÀS EMPRESAS
Financiamento para a Business North East Funds (UK)

Este fundo de participação, gerido pela North East Finance (Holdco) Limited, funciona desde 2010 e inclui sete fundos específicos que asseguram um conjunto de empréstimos e participações no capital para empresas em fase de arranque e PME no nordeste de Inglaterra. Até 1 de julho de 2012, os fundos específicos tinham investido 58 milhões de EUR no apoio a 412 PME diferentes, com 20,5 milhões de EUR provenientes do Programa de Competitividade da North East England. Foram alavancados mais 77 milhões de EUR (73 milhões de EUR de fontes privadas), o que significa que, no total, as empresas do nordeste receberam 135 milhões de EUR. Com estes investimentos, foram criados 532 novos postos de trabalho, tendo sido salvaguardados 1 180.

▶SAIBA MAIS
<http://www.northeastfinance.org/>

▶EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
KredEx (Estónia)

A KredEx funciona como um fundo de participação que seleciona intermediários financeiros para concessão de empréstimos para a renovação de edifícios de apartamentos que preveem medidas de eficiência energética. Comparativamente com as condições normais de mercado, estes empréstimos oferecem taxas de juro favoráveis (entre 3,8 e 4,7% fixas por 10 anos, em vez dos normais 7 a 10% por 5 anos ou flutuantes), prazo de vencimento (até 20 anos em vez de cerca de 12 anos) e taxas de contrato (0,5 a 0,75% do montante do empréstimo, em vez de até 1% do montante do empréstimo). Até ao final de um programa em 2011, foram objeto de beneficiação 391 edifícios com 14 680 apartamentos, o que representa um total de empréstimos de 34,3 milhões de EUR e poupanças médias de energia previstas na ordem dos 36%.

▶SAIBA MAIS
<https://www.swedbank.ee/business>
<http://www.kredex.ee/>



Data de início:
Junho de 2009
Volume do fundo:
49 000 000 EUR
Contribuição da UE:
17 000 000 EUR



Data de início:
2008
Volume do fundo:
993 000 EUR
Contribuição da UE:
340 000 EUR

▶MICROCRÉDITO
Instituto de Microfinanciamento (Suécia do centro leste)

Criada em 2008, esta iniciativa incide na melhoria do acesso ao financiamento para as mulheres migrantes que, muitas vezes, enfrentam dificuldades ao tentar obter capital para iniciar ou desenvolver a sua própria empresa. Com uma duração inicial prevista até ao início de 2011, o «Instituto de Microfinanciamento para um melhor emprego e integração económica e social» estabeleceu-se agora como empresa para emprestar fundos e ajudar a ultrapassar estas barreiras. Até ao momento, o Instituto de Microfinanciamento apoiou novas empresárias na criação de 43 microempresas, criando 48 postos de trabalho. Um exemplo é Kholoud Yamami que, tendo chegado da Jordânia em 2004, recebeu apoio para criar a sua empresa de fabrico de bolachas árabes e que, atualmente, abastece cinco supermercados. O projeto foi o vencedor dos prémios RegioStars de 2010 na categoria CityStar – Integração dos migrantes ou grupos marginalizados nas áreas urbanas.

▶SAIBA MAIS
<http://www.mikrofinansiering.se/>

▶▶ Apoio à implementação no período 2007-2013

Para promover a utilização de instrumentos financeiros e facilitar o acesso das PME e das microempresas a financiamento e investimentos em desenvolvimento urbano sustentável, a Comissão desenvolveu três iniciativas conjuntas em colaboração com o Grupo BEI: JEREMIE, para as PME, JASMINE, para o microfinanciamento, e, em conjunto com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, JESSICA, para o desenvolvimento urbano.

O apoio às autoridades de gestão interessadas resultou em mais de 110 estudos de viabilidade, estudos temáticos e análises de lacunas. Além disso, as plataformas em rede JEREMIE e JESSICA, lançadas em 2009, apoiaram o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre a Comissão, autoridades de gestão e outras partes interessadas.

Até à data, 55 instituições de microcrédito de 16 Estados-Membros da UE beneficiaram de avaliação ou classificação institucional, programas de formação à medida e serviços de desenvolvimento empresarial oferecidos pelo mecanismo de assistência técnica JASMINE. Para complementar o trabalho desenvolvido pelo mecanismo, a Comissão publicou em dezembro de 2011 um código de conduta para a prestação de microcrédito na UE com vista à promoção das melhores práticas em termos de microcrédito.

Lições aprendidas

A implementação de instrumentos financeiros através da política regional colocou uma série de desafios na prática. Estes foram destacados, não só por aqueles que estiveram diretamente envolvidos na sua implementação (Comissão, Estados-Membros, autoridades de gestão, Grupo BEI), como também pelo Tribunal de Contas Europeu e pelo Parlamento Europeu.

- Necessidade de alterações legislativas e de orientações que clarificassem o âmbito e as regras dos instrumentos financeiros à medida que a sua utilização em programas de fundos estruturais se tornou mais alargado no período 2007-2013;
- Experiência prática limitada dos principais interessados nos instrumentos financeiros, em alguns casos;
- Problemas em fazer corresponder a oferta à procura, o que, em alguns casos, levou a uma alocação excessiva de financiamento, atrasos na entrega do financiamento às PME ou «estacionamento» dos fundos; e
- Desafio para equilibrar os objetivos do setor privado relativos à maximização dos retornos financeiros sobre o investimento com os objetivos da política regional de contribuir para o crescimento e o emprego em determinados Estados-Membros e regiões. ▶▶

▶ CÓDIGO EUROPEU DE BOA CONDUTA PARA A CONCESSÃO DE MICROCRÉDITO

Este relatório está disponível em BG, DE, EL, EN, ES, FI, FR, HU, IT, NL, PL, PT, RO, SK, SV.



▶ JASMINE

Joint Action to Support Microfinance Institutions in Europe (Ação comum de apoio às instituições de microfinanciamento na Europa): iniciativa da Comissão Europeia desenvolvida em conjunto com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e com o Fundo Europeu de Investimento (FEI). Apoia as instituições de microcrédito e microfinanciamento com vista a um melhor acesso ao microcrédito na UE.

▶ JEREMIE

Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises (Recursos europeus comuns para as PME e as microempresas): iniciativa da Comissão Europeia desenvolvida em parceria com o FEI. Promove o uso de instrumentos financeiros a fim de melhorar o acesso a financiamento por parte das PME, através de intervenções dos Fundos Estruturais.

▶ JESSICA

Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas (Apoio europeu comum para o investimento sustentável nas zonas urbanas): iniciativa da Comissão Europeia, desenvolvida em colaboração com o BEI e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, destinada a promover o uso de instrumentos financeiros para o desenvolvimento urbano sustentável.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/thefunds/instruments/index_pt.cfm



Data de início:
Setembro de 2010
Volume do fundo:
69 800 000 EUR
Contribuição da UE:
53 400 000 EUR

Incubadora de Empresas em Poznań (Wielkopolska)

Imagem baseada no conceito arquitetónico; construção ainda em curso.

DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL
Fundos de Desenvolvimento Urbano em Wielkopolska e Pomorskie (Polónia)

O Banco Gospodarstwa Krajowego, o único banco de desenvolvimento na Polónia detido a 100% pelo Estado, atua como Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) em duas regiões – Wielkopolska e Pomorskie. O FDU Wielkopolska centra-se na revitalização e no apoio do ambiente das empresas. Desde a assinatura do acordo operacional, em setembro de 2010, o fundo recebeu 26 pedidos de empréstimo, totalizando 59 milhões de EUR e assinou 6 acordos de investimento, totalizando 23,2 milhões de EUR (acaba de ser aprovado outro projeto avaliado em cerca de 1,5 milhões de EUR; o acordo de investimento será assinado em breve). Os projetos que beneficiam de apoio incluem a renovação de edifícios antigos ou históricos para serem utilizados, nomeadamente, como incubadoras de empresas e centros culturais.



Cultura Garrison em Gdańsk (Pomorskie)

O acordo operacional para Pomorskie foi assinado em outubro de 2011. Desde então, o fundo recebeu nove pedidos de empréstimo, totalizando 43,5 milhões de EUR, e assinou um acordo de investimento no valor de 4,5 milhões de EUR (acaba de ser aprovado outro projeto avaliado em cerca de 5,5 milhões de EUR; o acordo de investimento será assinado em breve).

SAIBA MAIS
<http://www.bgk.com.pl/jessica>



Data de início:
Outubro de 2011
Volume do fundo:
37 200 000 EUR
Contribuição da UE:
32 200 000 EUR

Cultura Garrison em Gdańsk (Pomorskie)



Propostas para o período 2014-2020 – melhorias para o futuro

Face a esta experiência, as propostas da Comissão para o período 2014-2020 foram concebidas de modo a estabelecerem um quadro regulamentar mais claro e mais estável para os instrumentos financeiros implementados ao abrigo da política regional e de coesão.

O Regulamento Financeiro define regras comuns para o uso de instrumentos financeiros na UE em todas as áreas políticas financiadas através do orçamento comunitário e visa estabelecer regras harmonizadas para os instrumentos de capital e de dívida da UE. As políticas regional e de coesão manterão as suas regras específicas, mas estas deverão ser concebidas de modo a garantir o máximo de consistência e sinergias com as regras aplicáveis aos instrumentos financeiros implementados ao abrigo de outros domínios de política.

As regras deverão, igualmente, providenciar uma maior eficácia dos instrumentos financeiros nos termos da política de coesão. As restrições ao uso dos instrumentos financeiros em setores específicos foram, por conseguinte, eliminadas. Avaliações *ex-ante* destinadas a identificar falhas do mercado e situações de investimento subaproveitado serão obrigatórias para a conceção de cada instrumento financeiro.

Para facilitar a utilização de instrumentos financeiros pelos Estados-Membros e autoridades de gestão, se assim o desejarem, devem ser oferecidas três opções de implementação:

- contribuição para os instrumentos financeiros definidos a nível da UE, nos termos dos quais as contribuições estarão reservadas aos investimentos em regiões e ações abrangidas pelos programas operacionais;
- instrumentos financeiros normalizados definidos a nível nacional/regional (ou produtos «imediatamente disponíveis»), cujos termos e condições serão predefinidos num ato de execução;
- instrumentos financeiros existentes ou recém-criados definidos a nível nacional ou regional.

Por fim, as propostas contêm regras mais claras sobre gestão financeira, incluindo medidas destinadas a garantir uma ligação mais estreita entre os recursos pagos aos instrumentos financeiros e os investimentos na economia real, um desembolso acelerado aos beneficiários finais, opções mais flexíveis para se ultrapassar as dificuldades colocadas às autoridades nacionais no âmbito das contribuições nacionais, disposições de antiguidade que garantam a reutilização de recursos devolvidos rotativamente em linha com os objetivos da política de coesão e um reforço das disposições sobre relatórios, acompanhamento e avaliação.

Estas propostas estão, atualmente, em discussão a nível europeu. O resultado final será um conjunto de regras mais coerente, que estabelecerá as bases para uma utilização mais eficiente e eficaz de instrumentos financeiros, que permita obter um maior impacto para a política de coesão no período 2014-2020.

Próximos passos

Juntamente com o restante Regulamento Disposições Comum, as disposições sobre instrumentos financeiros serão objeto das discussões em curso com o Conselho Europeu e com o Parlamento Europeu, durante os próximos meses. O objetivo é conseguir um pacote completo de regulamentos, atos delegados e de execução pronto até meados de 2013 de modo a permitir um arranque atempado dos programas para o período 2014-2020.

Na conceção de medidas para a utilização de instrumentos financeiros, também será importante aprender com a experiência do atual período. Em outubro de 2012, a Comissão irá preparar um relatório que resuma a informação sobre instrumentos financeiros recebida dos Estados-Membros no contexto do Relatório Anual de Execução relativo à implementação dos programas dos Fundos Estruturais. Além disso, a rede de avaliação externa da DG Política Regional irá publicar, em outubro/novembro, um relatório sobre a utilização dos instrumentos financeiros nos programas dos fundos estruturais de 2007-2013.

A Comissão quer assegurar um enquadramento ideal para a concretização das ambições definidas no ano passado em «Um orçamento para a Europa 2020». A utilização de instrumentos financeiros através da política regional e de coesão deve, por conseguinte, ajudar «... a amplificar o impacto do orçamento da UE, o que permitirá a realização de um maior número de investimentos estratégicos e reforçará assim o potencial de crescimento da UE... e... contribuir para o desenvolvimento geral dos mercados financeiros pós-crise».

▶ NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS

PERSPETIVAS REGIONAIS E NACIONAIS SOBRE A POLÍTICA DE COESÃO

A União Europeia abrange mais de 270 regiões distribuídas por 27 países, cada uma com uma história e necessidades económicas e culturais específicas. É importante que os decisores políticos, os administradores e os dirigentes a todos os níveis estejam conscientes do verdadeiro impacto da política de coesão a nível da base.

Este é apenas um dos motivos pelos quais a *Panorama* convida os «consumidores» mais importantes da política de coesão a nível nacional e regional a «fazerem ouvir a sua voz» e dar a sua opinião sobre a política europeia em ação, seja um parecer sobre os resultados e o sucesso

A *Panorama* agradece o seu contributo!

atuais, ou uma perspetiva relativamente aos preparativos para o próximo período de programação. A *Panorama* agradece o seu contributo, que poderá figurar em futuras edições.
▶ regio-panorama@ec.europa.eu

Nesta edição, a *Panorama* apresenta a opinião de 5 Estados-Membros e regiões sobre o impacto da política de coesão no seu território e nos seus cidadãos. A *Communauté urbaine de Bordeaux* comenta as propostas da Comissão para a política de coesão 2014-2020, enquanto a região de Pomorskie se centra nos resultados para o período 2007-2013. Entretanto, a Dinamarca, a Polónia e a Região da Valónia perspetivam os preparativos para o próximo período de programação.

▶ POLÓNIA

▶ POLÓNIA PREPARA-SE PARA CONTINUAR A INVESTIR NO SUCESSO

Em meados de 2012, não podem restar quaisquer dúvidas acerca da capacidade de a Polónia conseguir aplicar os fundos da política de coesão de forma eficiente: mais de três quartos da alocação disponível foi concedida a beneficiários e os níveis de pagamentos já efetuados pela Comissão Europeia ultrapassam a média da UE.

Os investimentos realizados no âmbito da política de coesão podem ser encontrados por toda a parte: estradas novas e melhoradas, uma ligação ferroviária ao aeroporto de Varsóvia, estações de tratamento de águas residuais, edifícios remodelados para terem maior eficiência energética e modernos centros culturais contribuem para mudar a imagem do país. A formação e as medidas de apoio ao empreendedorismo ajudam as pessoas e as empresas a encontrarem o seu lugar no mercado. Todos estes investimentos combinados deram origem a crescimento e criação de emprego: estima-se que a taxa de crescimento do PIB em 2011 tenha sido

0,8% superior àquilo que teria sido sem a política de coesão. Até 2011, os fundos da UE contribuíram para aumentar a taxa de emprego em 3%, o que se traduz em mais um milhão de pessoas a trabalhar. Todavia, igualmente importante é o facto de o uso dos fundos da UE ter tido um impacto positivo sobre a cultura administrativa nas diversas instituições centrais e regionais envolvidas. O desenvolvimento de abordagens estratégicas e estruturas de gestão eficazes, melhor tratamento de procedimentos ambientais e a descentralização através da transferência de poderes às regiões, são alguns dos exemplos desses ganhos indiretos.

Os preparativos para o período de programação 2014-2020 da política de coesão já estão em marcha – as instituições e os parceiros estão bem cientes de que o sucesso da aplicação dos fundos futuros depende de uma boa preparação. O processo é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e não se limita a planear como é que os fundos da UE serão aplicados. Um dos primeiros marcos foi



Modernização e desenvolvimento da infraestrutura Kielce Trade Fairs com vista a transformá-la no Centro Internacional de Exposições e Congressos

a preparação e aprovação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Regional, em 2010, seguido pela preparação de estratégias de desenvolvimento nacional de médio e longo prazo acompanhadas por oito estratégias integradas transversais a vários setores associadas a prioridades chave, incluindo uma economia eficiente e inovadora, capital humano, segurança energética e ambiente. O ponto de partida para as negociações sobre os fundos da UE para 2014-2020 não se concentra apenas nas lacunas, mas também no potencial a ser abrangido, no âmbito mais eficaz e na forma de intervenção. Para encontrar as respostas certas, o Ministério do Desenvolvimento Regional organiza debates de especialistas sobre vários objetivos temáticos para a futura política de coesão, bem como reuniões com agentes chave, como representantes de ministérios, cidades, regiões e empresas e parceiros sociais e económicos, incluindo sessões especialmente dedicadas do Fórum Nacional Territorial.

Ao longo das negociações em Bruxelas, a Polónia tem apoiado a ideia de que a futura política de coesão se torne mais eficiente através de uma associação a determinadas condicionalidades *ex-ante*. Já no primeiro semestre de 2012, o Ministério do Desenvolvimento Regional deu início à coordenação de um processo de verificação do progresso alcançado no cumprimento de várias condições e critérios, importantes para a bem-sucedida aplicação dos futuros fundos da UE. Os planos de ação visados nalgumas áreas problemáticas estão a ser acordados e executados em cooperação com os respetivos ministérios e instituições, de modo a permitir um arranque suave da execução dos novos programas logo no início de 2014.

Przemysław Kalinka

*Departamento da Coordenação das Políticas Estruturais,
Ministério do Desenvolvimento Regional*

► DINAMARCA

► FUNDO ESTRUTURAL APOIA A VIA DINAMARQUESA

ÊNFASE NA CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA E NOS RESULTADOS

Em 2007-2013, a Dinamarca irá receber um total de aproximadamente 500 milhões de euros – metade dos quais do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu, o que significa que a Dinamarca recebe o mais pequeno montante por cidadão na UE. Desde 2007, as iniciativas têm tido como objetivo o crescimento e o emprego com base em seis estratégias de desenvolvimento regional das empresas e refletindo os desafios locais. Desde o início de 2007 e até ao fim de 2011, as iniciativas no âmbito dos Fundos Estruturais tiveram impacto junto de mais de 11 000 empresas – e mais de 33 000 pessoas. De modo geral, a implementação dos objetivos dos programas está a correr bem.

A Autoridade de Negócios Dinamarquesa faz a gestão dos dois programas nacionais de modo a aumentar a competitividade e o emprego regionais – o programa do Fundo Regional «Inovação e Conhecimento» e o programa do Fundo Social «Mais e Melhor Emprego». No período atual, a ênfase está centrada na Estratégia de Lisboa. As avaliações têm demonstrado que a implementação dos programas tem sido relacionada, de forma bem-sucedida, com estratégias aos níveis regional, nacional e europeu (sustentando os objetivos da Estratégia de Lisboa). Ao centrar-se nos objetivos da Europa 2020, entre 2014 e 2020, a Dinamarca espera, por conseguinte, poder tirar partido das suas fortes experiências com a Estratégia de Lisboa e com as iniciativas locais.

Atualmente, o objetivo das iniciativas é influenciar o ambiente empresarial através da utilização do quadro estratégico aplicável a ambos os programas de modo a garantir o foco dos projetos na inovação, empreendedorismo, novas tecnologias ou recursos humanos. Isto reflete uma concentração temática que *não* tenha por objetivo setores ou grupos particulares.

O foco estratégico dos programas dinamarqueses provou ser robusto, por exemplo, face à crise financeira. A Dinamarca quer reter esta concentração temática e os dinamarqueses podem ir ainda mais longe do que o atualmente previsto. A alocação de fundos para fins predeterminados pode ser um desafio para um país beneficiário com poucos e pequenos programas se as iniciativas também tiverem de se concentrar em áreas nas quais sejam identificadas as maiores necessidades.

Os projetos dinamarqueses apoiam o desenvolvimento em parcerias. As subvenções diretas a investimentos em negócios individuais são raras. Um projeto típico de um fundo

regional é o Centro Internacional para a Inovação da Universidade de Aalborg. A experiência é recolhida de uma série de empresas e reunida numa rede de empresas de modo a permitir às empresas tornarem-se melhores na criação de novos modelos que sejam difíceis de copiar. Uma das empresas, por exemplo, desenvolveu um helicóptero autónomo («drone») avançado para fins de reconhecimento.

Face ao foco dos programas, a Autoridade de Negócios Dinamarquesa, em parceria com a Danmarks Statistik, esforçou-se por conceber um sistema de medição da eficiência com base em registos e com monitorização do impacto das iniciativas e, assim, respondendo a algumas das crescentes expectativas do resto da UE de que deveria ser possível documentar o impacto das iniciativas. A ênfase nos resultados é algo a que a Dinamarca e a UE dão grande prioridade e todos os projetos dinamarqueses têm de incluir avaliações de eficiência. Entre os fatores mais importantes estão a taxa de criação, a quota de negócios inovadores e o número crescente de empreendedores.

Com base nas experiências recolhidas desde 2007, as expectativas são agora de que o crescimento, desenvolvimento empresarial e emprego, iniciativas locais, parcerias, concentração temática e uma ênfase nos resultados sejam também pontos cruciais das iniciativas a desenvolver entre 2014-2020: apenas queremos tentar fazer tudo um pouco melhor.

Preben Gregersen
*Diretor da Política Regional,
 Autoridade de Negócios Dinamarquesa*



Helicóptero autónomo de tecnologia avançada

▶ **BÉLGICA**

▶ REGIÃO DA VALÓNIA AGUARDA O PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020

A Região da Valónia está a implementar dois programas operacionais cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ao abrigo do período de programação 2007-2013.

O primeiro cobre a Província do Hainaut, ao abrigo do objetivo da Convergência; o segundo cobre o resto da Região da Valónia, ao abrigo do objetivo da Competitividade Regional e do Emprego. Subsídios públicos no valor de perto de 1,79 mil milhões de euros financiam atividades destinadas a incentivar a criação de empresas e emprego, apoiar a investigação, a inovação e a formação vocacional e a tornar a região mais

atractiva. Está última através de projetos de renovação urbana, reabilitação e recuperação de terrenos abandonados e melhoria de infraestruturas, de modo a acolher negócios na área.

Desde o início dos projetos, há cinco anos, foram criados na Região da Valónia mais de 9600 novos postos de trabalho e 863 novas empresas e foram realizados trabalhos de melhoria em 29 centros urbanos e 22 zonas empresariais e industriais. A região congratula-se por ter apoiado a investigação em 494 empresas e 22 centros reconhecidos a nível internacional.

A Região da Valónia espera conseguir capitalizar estes resultados no período de programação 2014-2020 e aguarda com expectativa o seu início.

Temos interesse em que as negociações sejam rapidamente concluídas, de modo a que o novo período de programação possa ter realmente início em 1 de janeiro de 2014. Por conseguinte, desde o início do verão que trabalhamos com um perito académico na preparação do contrato de parceria e nos programas operacionais, que, obviamente, serão imbuídos dos objetivos da Europa 2020 (PME, IDI, pegada de carbono), sem esquecer o papel fundamental dos grandes centros urbanos no desenvolvimento económico. Queremos submeter todos os documentos à Comissão Europeia durante o primeiro semestre de 2013, de modo a estarmos prontos e à espera do grande dia. Queremos lançar o primeiro convite à apresentação de propostas assim que os documentos do período de programação estejam terminados.

Estes não são desafios pequenos, todavia estou certo de que estaremos à altura deles, em estreita colaboração com a DG Política Regional.

Jean Janss

Inspetor Geral,

*Departamento de Coordenação dos Fundos Estruturais,
Serviços Públicos para a Região da Valónia*



▶ POLÓNIA

▶ A UE APOIA A CIÊNCIA POLACA

PARQUES TECNOLÓGICOS NA REGIÃO DE POMORSKIE

Passaram já oito anos desde que a Polónia aderiu à União Europeia e, sem dúvida, esta adesão e a possibilidade de beneficiar dos fundos da UE contribuíram enormemente para o desenvolvimento da região de Pomorskie. Graças à assistência financeira conseguida durante o período pré-adesão e subsequentemente entre 2007-2013, a região de Pomorskie tem-se desenvolvido de forma dinâmica e toda a comunidade pode ver o impacto destas alterações positivas.

A região de Pomorskie tem-se focado nos investimentos e no desenvolvimento de parques de ciências e tecnologia, incubadoras de empresas e *clusters*. O primeiro parque tecnológico na região de Pomorskie, o Parque de Ciência e Tecnologia da Pomerânia, foi criado em Gdynia, em 2001. Este foi seguido pela Incubadora de Inovação e Empreendedorismo da Pomerânia, criados em 2004. Mais recentemente, em 2006, foi criado o Parque de Ciência e Tecnologia de Gdańsk. Um dos mais recentes investimentos na região de Pomorskie cofinanciado pela UE é a Incubadora Tecnológica Słupsk. Entretanto, no setor das energias renováveis de Pomorskie, o Parque Tecnológico e Industrial de Kwidzyn desempenha um papel importante no desenvolvimento de micro, pequenas e grandes empresas.

Parque de Ciência e Tecnologia de Gdańsk



O valor total destes projetos executados da UE, destinados à criação e desenvolvimento de parques de ciência e tecnologia, incubadoras de empreendedorismo e *clusters*, ascende a mais de 136 milhões de euros. As instituições como parques, incubadoras e *clusters* necessitam, claramente, de apoio financeiro imediato para alcançarem os seus objetivos e providenciarem assistência às empresas. Espera-se que estes investimentos, cofinanciados pelos fundos da UE, proporcionem à região um crescimento económico mais rápido, tornando Pomorskie num parceiro atrativo para o investimento local e internacional. Pomorskie está no caminho certo para alcançar estes objetivos através da criação de novos parques tecnológicos e do aumento da atividade dos já existentes.

Marcin Twardokus e Joanna Speiser
*Departamento de Programas Regionais,
Gabinete do Governador do Voivodato de Pomorskie*

▶FRANÇA

▶BORDÉUS CONGRATULA-SE PELO APOIO DA COMISSÃO EUROPEIA

A *Communauté urbaine de Bordeaux* (Comunidade urbana de Bordéus – CUB) congratula-se pelo apoio financeiro concedido pela Comissão Europeia para que seja mantido o mesmo nível de empenho na política regional da UE. Os fundos da UE constituem um verdadeiro impulso para os projetos geridos pelas autoridades locais.

Em prol de uma concentração temática mais flexível

A CUB congratula-se pelo facto de 11 objetivos temáticos terem sido selecionados e de a Comissão querer coordenar o financiamento de forma mais regular para que estes objetivos contribuam efetivamente para a estratégia Europa 2020. Não obstante, esta concentração temática (80% dos recursos do FEDER estão orientados para três objetivos) restringe as opções disponíveis para os coordenadores dos projetos, a nível regional, bem como as possibilidades de aprofundar o trabalho em linha com as políticas locais. A CUB considera que as autoridades regionais e locais deveriam ser envolvidas no processo de decisão dos objetivos temáticos a nível nacional.

Reconhecer a importância da dimensão urbana: um passo em frente, mas é necessária clarificação

A CUB congratula-se por a Comissão ter decidido centrar-se nas questões urbanas, uma vez que estas são um importante motor do desenvolvimento territorial. A CUB liderou o caminho num projeto urbano integrado durante o período de programação 2007-2013 e quer repetir esta experiência no próximo período de programação. A CUB apoia a proposta do Parlamento Europeu para dedicar todo um programa operacional ao desenvolvimento urbano integrado. Tem dúvidas relativamente à plataforma de desenvolvimento urbano proposta pela Comissão e defende a realização de um concurso em cada Estado-Membro, baseado numa estratégia de desenvolvimento urbano integrado para uma área local específica. Do mesmo modo, aguarda esclarecimentos sobre o âmbito das iniciativas do Investimento Territorial Integrado (ITI) e sobre a forma como estas serão implementadas.



Representando uma população de 720 000 e 27 municípios, a *Communauté Urbaine de Bordeaux* (CUB) desempenha um papel vital no quotidiano dos seus residentes. É também um importante parceiro financeiro na região da Aquitânia, implementando e financiando conjuntamente vários projetos. A CUB tem três objetivos principais: a criação de uma mega infraestrutura urbana, a modernização dos serviços urbanos e o desenvolvimento da economia local.

Simplificação de procedimentos: uma evolução muito positiva

A CUB aprova a iniciativa da Comissão para simplificar os procedimentos de execução, gestão e acompanhamento dos Fundos Estruturais. Procedimentos sem suporte em papel, o novo prazo de conservação de documentos, auditorias proporcionais à dimensão dos fundos atribuídos e a introdução de uma auditoria única para as operações que envolvam uma despesa inferior a 250 000 euros são passos na direção certa, que nós aplaudimos. Todavia, ainda subsistem alguns problemas processuais residuais e a CUB gostaria que as regras de avaliação e gestão de dotações a nível nacional fossem harmonizadas no próximo período de programação. O procedimento de definição das rubricas de despesa elegíveis para uma dotação da UE também poderia ser facilitado.

Governança combinada com carácter essencial

A CUB aprova sem reservas a importância atribuída pela Comissão à governança combinada. Enquanto agente fundamental desta política, a CUB está satisfeita por ter a oportunidade de aprofundar o seu envolvimento no desenvolvimento, execução e acompanhamento do próximo período de programação. A CUB espera que esta abordagem de parceria se reflita plenamente em todos os regulamentos nacionais. Irá seguir o progresso das negociações com atenção e espera que as suas preocupações sejam escutadas e transmitidas.

Anne Raimat

Diretora, Relações Internacionais e Cooperação Descentralizada, e

Hélène Beaupetit

*Chefe do Departamento Europeu
Communauté Urbaine de Bordeaux*

▶ PRESIDÊNCIA CIPRIOTA DA UE

PRIORIDADES PARA A POLÍTICA DE COESÃO

O exercício da presidência do Conselho da UE, durante o segundo semestre de 2012, faz deste um dos períodos mais importantes e exigentes da história do Chipre. Adonis Constantinides, Ministro Conselheiro, Coordenador do Quadro Financeiro Plurianual e Presidente do Grupo de Trabalho das Ações Estruturais, destaca as prioridades da Presidência Cipriota para a política de coesão, com especial incidência nas negociações em curso para o quadro legislativo que regerá a política no período após 2013.

▶ Vivemos tempos difíceis na Europa. Quais são as principais prioridades da Presidência e o que pode ser feito para restaurar a confiança e o crescimento económico?

Com o objetivo de trabalhar «Rumo a uma Europa Melhor», a Presidência Cipriota estabeleceu quatro prioridades gerais ao abrigo das quais serão promovidos processos legislativos fundamentais e outras iniciativas: (1) *uma Europa mais eficiente e sustentável*; (2) *uma economia europeia com melhor desempenho e em crescimento*, (3) *uma UE mais em consonância com os seus cidadãos, onde haja solidariedade e coesão social* e (4) *mais próxima dos seus vizinhos*. Todos os esforços são dirigidos no sentido de legar uma Europa melhor às gerações vindouras, tendo como ponto de partida a promoção das reformas necessárias para superar os desafios atuais e reforçar o crescimento e a coesão social na UE. A Presidência Cipriota considera que a força motriz para essas reformas e para a promoção do bem-estar dos cidadãos da UE assenta nos princípios e valores fundamentais da própria UE, tal como consagrado no Tratado de Lisboa. Tendo por base estes valores, pretendemos promover o crescimento inclusivo e a criação de postos de trabalho, sobretudo para os jovens, bem como o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida. Hoje, mais do que nunca, afigura-se necessário veicular uma mensagem de esperança e solidariedade a todos os cidadãos europeus, em particular aos mais atingidos pelos efeitos desta crise económica sem precedentes.



▶ ADONIS CONSTANTINIDES
Ministro Conselheiro,
Coordenador do Quadro
Financeiro Plurianual
e Presidente do Grupo
de Trabalho das Ações
Estruturais

▶ Todos os olhares estão virados para a sua Presidência lograr um compromisso relativamente ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP): quais as suas prioridades e de que forma atuará?

O QFP representa a principal ferramenta para estruturar o futuro da UE, pelo que a conclusão das negociações do QFP para o período 2014-2020 constitui a nossa principal prioridade. A Presidência Cipriota terá por base o progresso alcançado pela Presidência Dinamarquesa, em conformidade com o mandato conferido pelo Conselho Europeu de Junho e cooperará estreitamente com os presidentes do Conselho Europeu, da Comissão e do Parlamento Europeu, respeitando integralmente o seu papel consagrado no Tratado.

Pretendemos chegar a um orçamento que possa ser um catalisador para a UE nos seus esforços para enfrentar com êxito os desafios e que contribua para o nosso objetivo comum de uma Europa melhor. O QFP deve prever os recursos adequados que contribuam para sair da atual crise económica e fornecer uma base sólida para estabilizar a economia europeia. O conceito de «qualidade da despesa» é um elemento-chave para assegurar que os programas tragam valor acrescentado e sejam planeados e executados eficazmente, de modo a que as principais políticas da UE contribuam para os objetivos da UE, designadamente o crescimento e emprego.



O QFP estará na agenda de todos os Conselhos dos Assuntos Gerais sob a Presidência Cipriota até à conclusão das negociações. Além disso, a reunião informal dos ministros dos Assuntos Europeus no Chipre é dedicada ao QFP. Pretende-se alcançar um acordo político no Conselho Europeu antes do fim do ano.

A cooperação com o Parlamento Europeu é importante para facilitar um entendimento comum, bem como para se conseguir um acordo e a adoção atempada das decisões relevantes.

▶ **As negociações sobre a legislação da política de coesão 2014-2020 são um processo multifacetado que envolve uma série de atores. De que forma pretende avançar e concluir o processo? Quais os elementos do pacote que considera especialmente importantes? De que forma vai cooperar com o Parlamento Europeu?**

A política de coesão não é apenas a manifestação da solidariedade europeia, é também, na minha opinião, a principal política de investimento da UE que pode dar um contributo significativo para fomentar o crescimento e o emprego.

Estamos empenhados em conseguir os melhores avanços possíveis nas negociações. As conversações vão prosseguir paralelamente às negociações do QFP, embora o processo não possa ser concluído sem se conseguir um acordo relativamente ao QFP.

Não obstante o progresso notável conseguido durante a Presidência Dinamarquesa, ainda há trabalho importante

por realizar. Aproveitando esta dinâmica, já encetámos trabalhos intensivos no Conselho com vista a concluir todas as questões pendentes até ao fim de 2012, nomeadamente, o Quadro Estratégico Comum, a gestão financeira e os sistemas de gestão e controlo, o desenvolvimento territorial, a informação e comunicação, assim como outros aspetos técnicos.

Pretendemos, a breve trecho, alcançar um acordo no Conselho, bem como conseguir um entendimento comum com todas as instituições competentes da UE relativamente às questões da programação e gestão, de modo a facilitar os preparativos dos Estados-Membros e das regiões para o novo período.

A política de coesão estará na agenda do Conselho dos Assuntos Gerais em outubro e dezembro com vista a alcançar um acordo no plano regulamentar, com a exceção das questões financeiras relacionadas com as negociações do QFP. A reunião informal dos Ministros da Política de Coesão no Chipre tem por objetivo facilitar as negociações e permitir um primeiro debate sobre a execução da nova política reformada.

Uma estreita colaboração com o Parlamento Europeu reveste-se de particular importância e pretendemos manter o contacto durante todo o processo de negociação. A partir do outono, terão início trilogos e há uma intenção firme de todas as partes de fazer avançar as negociações o mais possível.

Por último, pretendemos dar continuidade ao trabalho realizado pelas Presidências anteriores na promoção e execução da Agenda Territorial 2020.

▶ **SAIBA MAIS**
<http://www.cy2012.eu/>



A Cooperação Territorial Europeia (CTE) continua a ganhar importância e visibilidade no contexto da política de coesão.

A proposta legislativa da Comissão, que sugere um aumento no orçamento destinado à cooperação, tornando-a num dos dois principais objetivos para o período 2014-2020, é um dos fatores que contribui para esta visibilidade. A CTE é já reconhecida como uma importante ferramenta de reforço da coesão territorial, económica e social da UE, contribuindo, em larga medida, para a integração europeia transfronteiriça. A forma como a CTE encontra soluções para os desafios transfronteiriços, chega às economias de escala, inventa mecanismos eficazes para gerar e partilhar conhecimento e melhora a governação será apresentada durante os *Open Days* deste ano, com a «Cooperação territorial: um ativo para a Europa» a ser um dos três principais temas abordados.

A par das propostas destinadas a aumentar o peso financeiro da CTE, a Comissão tem expectativas ainda maiores em relação aos resultados que os programas de cooperação transfronteiriça, transnacional e interregional podem alcançar. Para ir ao encontro das ambições da CTE, a Comissão exige que a cooperação territorial integre plenamente o pensamento e as decisões estratégicas, tanto a nível europeu como a nível nacional. As prioridades para a cooperação deveriam ser

definidas no Quadro Estratégico Comum e nos Acordos de Parceria, devendo criar-se mecanismos de coordenação eficazes entre os vários instrumentos de financiamento da UE.

Os programas de cooperação deveriam, também, ser mais direcionados. A Comissão propõe concentrar o financiamento dos programas de cooperação transfronteiriça e transnacional em apenas quatro objetivos temáticos da estratégia Europa 2020, de forma a aumentar o impacto destes programas. Isto deveria ser feito em função das necessidades específicas identificadas e do potencial dos territórios transfronteiriços e transnacionais. No entanto, não existem limitações temáticas para a cooperação interregional, que deve continuar a ser o instrumento essencial de partilha de experiências e boas práticas num conjunto alargado de temas da estratégia Europa 2020.

De forma a ilustrar a natureza única da CTE no âmbito da política de coesão, a Comissão propôs a criação de uma regulamentação específica para a cooperação, que especifique e complemente as regras gerais previstas no Regulamento Disposições Comuns e na Regulamentação do FEDER.

Durante as negociações do Conselho, atualmente em curso, os Estados-Membros da UE concordaram quanto à necessidade de reforçar a orientação para os resultados dos programas e de intensificar a concentração temática da CTE.



Haparanda/Tornio, Suécia/Finlândia, Interreg IV/A Norte

O Conselho dos Assuntos Gerais de 26 de junho de 2012 sugeriu dar mais flexibilidade aos programas de cooperação no que respeita à escolha de objetivos temáticos: 80% do financiamento do programa deveria concentrar-se em quatro objetivos temáticos, conforme proposto originalmente pela Comissão, mas os restantes 20% podem ser usados em quaisquer outros objetivos da lista. Foram iniciadas discussões específicas com os Estados-Membros em relação às disposições do Regulamento CTE durante a Presidência cipriota da UE.

A CTE tem também a atenção e o apoio do Parlamento Europeu. Na sua posição votada em meados de julho de 2012, o Comité REGI sugeriu duplicar a parte do orçamento da política de coesão destinada à cooperação: 7%, em vez dos 3,5% propostos pela Comissão. Mais de 250 alterações ao Regulamento CTE provisório foram propostas pelos membros do Parlamento Europeu.

Através de atos de execução, o Regulamento CTE provisório permite à Comissão escolher a lista de domínios transfronteiriços e transnacionais que irão receber apoio, divididos por programa de cooperação. A Comissão já começou a examinar a questão e a partilhar as suas opiniões: no âmbito de uma reunião com os Estados-Membros, que decorreu em Bruxelas a 5 de junho de 2012, apresentou princípios para determinar os elementos geográficos dos programas. Para gerar

massa crítica e conseguir poupanças em termos de recursos, a Comissão mencionou a possibilidade de reduzir o número de programas de cooperação no futuro, por exemplo, através da fusão de programas mais pequenos e da integração da cooperação transfronteiriça nos programas transnacionais.

A Comissão apresentou também cenários geográficos para alguns programas transnacionais que refletem, nomeadamente, a existência de duas estratégias macrorregionais da UE e a adesão da Croácia em julho de 2013.

A maioria dos Estados-Membros pediu que fosse dada continuidade aos programas existentes, defendendo a necessidade de rentabilizar a boa cooperação e os investimentos substanciais que forem feitos nas atuais estruturas e sistemas de programação. Consideram que uma alteração significativa e radical da geografia do programa não é desejável.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/cooperation/index_en.cfm

▶ REGIÕES E CIDADES DA EUROPA: FAZER A DIFERENÇA



Desde há uma década para cá que a Semana Europeia das Regiões e Cidades – *Open Days* – tem sido o mais importante evento anual para as autoridades regionais e locais. Para milhares de decisores políticos e peritos locais, regionais, nacionais e europeus, trata-se de uma oportunidade de se reunirem em Bruxelas com toda a Europa de forma a mostrarem os seus contributos em prol do desenvolvimento da sua região e da promoção do crescimento e do emprego na Europa, ajudando assim a implementar a política de coesão da UE. Organizados pela Comissão Europeia (DG Política Regional) e pelo Comité das Regiões, os *Open Days* constituem uma ocasião para discutir os desafios comuns relativos ao desenvolvimento regional e local e para debater possíveis soluções.

Ênfase nos desafios e na mudança

Os *Open Days* deste ano surgem numa altura crítica, durante as discussões sobre o papel e a organização futura da política de coesão, constituindo uma oportunidade para iniciar um debate sobre o futuro da Europa, a sua política de coesão e a sua governação combinada.

A política de coesão representa a segunda maior dotação do orçamento da UE, sendo que, nos próximos sete anos, a Comissão propõe que sejam injetados nas regiões 336 mil milhões de euros.

No entanto, a política está a ser remodelada para se transformar num investimento e numa política de crescimento prospetivos. Esta mudança é indissociável de uma mudança de perspetiva sobre o desenvolvimento económico, social e territorial.

A futura política de coesão acompanhará mais de perto a estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, fazendo do crescimento ecológico e inteligente a prioridade número um de todas as regiões da Europa. Durante os *Open Days*, 43 *workshops* e seminários abordarão este tema.

O nosso desafio comum é reunir todos os fundos e instrumentos da UE, incluindo os destinados ao desenvolvimento rural, às pescas e ao desenvolvimento regional e local, numa abordagem territorial integrada que visa criar novos empregos e garantir a competitividade nas regiões europeias.

Sob o lema «Regiões e cidades da Europa: Fazer a diferença», os *workshops Open Days 2012* estruturam-se em torno de três temas:

- crescimento inteligente e ecológico para todos;
- cooperação territorial: um ativo para a Europa;
- apresentação de resultados.

O futuro crescimento na Europa dependerá, em larga medida, da capacidade das suas regiões e cidades de inovar e desenvolver uma estratégia com vista a um crescimento ecológico e sustentável.

Os *Open Days* de 2012 irão assinalar o 10.º aniversário do evento. Recordar uma década de debates e discussões, apresentações e partilhas de melhores práticas será um momento de reflexão positiva no âmbito das discussões gerais sobre a futura política de coesão europeia.



Ramon Luis Valcarcel Siso, Presidente do Comité das Regiões e Presidente do Governo Regional de Múrcia e José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia.

Recordar os *Open Days*: uma perspetiva regional

Em 2003, a Catalunha foi uma das dez regiões selecionadas para participar na primeiríssima edição dos *Open Days*, recorda Joan Prat i Coll, chefe da Delegação do Governo da Catalunha na UE.

«Cada região organizou um seminário aberto a todo o tipo de partes interessadas. O Governo da Catalunha organizou um seminário para apresentar as melhores práticas europeias no domínio do biocombustível. Este seminário foi um enorme sucesso, permitindo aos participantes debaterem e partilharem opiniões sobre esta questão e estabelecendo contactos interessantes para intensificação das relações existentes.»

Desde que os *Open Days* se transformaram na Semana Europeia das Regiões e Cidades, a Catalunha tem participado todos os anos. «Ao longo destes 10 anos, testemunhámos a forma como os *Open Days* se transformaram no mais importante evento anual para as autoridades locais, regionais, nacionais e europeias apresentarem e discutirem a gestão, os resultados e as perspetivas da política de coesão da UE. O evento reúne mais de 6000 participantes provenientes de toda a UE. Mais de 200 regiões e cidades europeias participam ativamente nos *Open Days*.»



Joan Prat i Coll, chefe da Delegação do Governo da Catalunha na UE

Este ano, por iniciativa da DG Política Regional, a delegação da Catalunha é responsável pelo centro de acreditação para o registo dos participantes nos *Open Days*, em *Espai Catalunya Europa*, 227 rue de la Loi, no centro do quarteirão europeu de Bruxelas.

«Esta oportunidade dará uma enorme visibilidade à nossa região junto dos milhares de participantes que irão visitar as nossas instalações para levantarem os crachás para a conferência», afirma Joan Prat i Coll.

▶ SAIBA MAIS

<http://www.opendays.europa.eu/>

▶ REORIENTAR OS FUNDOS ESTRUTURAIS PARA AJUDAR A COMBATER A CRISE ECONÓMICA

Para contrariar os efeitos da crise económica, está a proceder-se ao ajustamento da operação dos programas da política de coesão nos Estados-Membros mais atingidos para fazer face aos novos desafios.

A política de coesão da UE dispõe de um quadro flexível que possibilita a reafetação dos recursos dentro de um programa acordado previamente e permite reorientar o investimento. Permite ainda um maior esforço de reprogramação, condicionado a uma decisão por parte da Comissão Europeia.

NA ITÁLIA, foi iniciado em 2011 um importante exercício de definição de prioridades relativamente à despesa, que resultou na reafetação de cerca de metade dos 8 mil milhões de EUR de Fundos Estruturais disponíveis para prestar apoio estratégico, sobretudo às regiões do sul de Itália (Calábria, Campânia, Apúlia, Sicília, Basilicata, Sardenha, Molise, Abruzo). A abordagem desenvolvida pelas autoridades italianas integra aspetos e princípios fundamentais da política de coesão reformada proposta pela Comissão para o período 2014-2020. O plano de ação italiano visa acelerar a utilização dos fundos e concentrar os recursos no crescimento e na inclusão social. Prevê uma reprogramação de 3,6 mil milhões de EUR de fundos estruturais ainda não afetos a favor da educação (330 escolas), da agenda digital (plano de banda larga nacional) e da criação de novos postos de trabalho (formação profissional, sistema de benefícios fiscais).

Numa segunda fase, a prioridade dos programas nacionais dos países concentra-se na redução das desigualdades de oportunidades para os cidadãos e no apoio a uma maior inclusão social.

Iniciativa Barroso

Para abordar os problemas específicos do desemprego dos jovens e prestar mais apoio às PME na criação de postos de trabalho, o Conselho Europeu aprovou, em janeiro de 2012, uma nova reprogramação dos fundos estruturais.

A «Iniciativa Barroso» sobre o desemprego dos jovens e o financiamento das PME deve ser implementada ao longo de 2012 e 2013 e, numa primeira fase, visa os oito Estados-Membros com as taxas mais elevadas de desemprego jovem: Eslováquia, Espanha, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia e Portugal.

Foram constituídas «equipas de ação», compostas por funcionários nacionais e da Comissão Europeia, para identificar as áreas necessárias para a reorientação do financiamento e terão sido previstos 7,3 mil milhões de EUR de fundos estruturais para reprogramação nesses países.

Apoio às PME

O acesso ao financiamento é um eterno problema para as pequenas empresas na Europa, que foi agravado com a crise económica e a contração do crédito. Como parte do recente esforço de reprogramação, cerca de 8,1 mil milhões de EUR (FEDER e contribuições nacionais) foram afetados até ao fim de 2010 a mais de 300 instrumentos de capital próprio, garantias e empréstimos para prestar apoio financeiro às PME da UE. Até ao momento, estima-se que tenham sido criados ou salvaguardados 90 000 postos de trabalho nas PME através destes instrumentos financeiros que representam agora mais de 10% do apoio direto do FEDER às empresas.

Ao abrigo da «iniciativa Barroso» é atribuída uma maior ênfase à facilitação do acesso das PME ao financiamento em áreas com elevados níveis de desemprego jovem, através do recurso aos instrumentos financeiros apoiados pela UE.

O apoio ao financiamento das PME na **ESLOVÁQUIA**, **GRÉCIA**, **LETÓNIA** e **LITUÂNIA** permitirá alavancar, pelo menos, 5,1 mil milhões de EUR. Deste modo, serão apoiadas 5 000 a 6 000 PME, permitindo um crescimento comercial e fornecendo segurança de emprego.



EM PORTUGAL, cerca de 4 000 PME receberão apoio através da alavancagem financeira de 1,13 mil milhões de EUR fornecidos pelo FEDER, pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e pelo financiamento privado.

EM ESPANHA, foram reafetados 157 milhões de EUR para a criação de um fundo de maneo temporário para financiar PME inovadoras.

A GRÉCIA vai dispor de um novo instrumento de liquidez de 500 milhões de EUR que garantirá empréstimos do BEI às PME gregas.

Prevê-se que cerca de 56 000 PME beneficiem da reorientação das prioridades de financiamento.

Reduzir o desemprego dos jovens

Estima-se que, atualmente, mais de 5 milhões de jovens na UE estão desempregados e os números estão a aumentar. O desemprego dos jovens situa-se nos 30% na Irlanda, 43% na Grécia e aproxima-se dos 50% em Espanha, sendo que o crescimento económico por si só não é suficiente para resolver este problema setorial. A iniciativa da Comissão centra-se sobretudo nos jovens que não têm emprego, que não estão a estudar ou a receber formação e na criação de postos de trabalho. O objetivo consiste em estimular o emprego dos jovens através de uma utilização mais ampla e direcionada dos fundos sociais e regionais europeus (FSE e FEDER).

EM ESPANHA, por exemplo, 135 milhões de EUR foram redirecionados para o serviço nacional de emprego para ajudar os jovens a encontrar trabalho.

NA IRLANDA, 25 milhões de EUR foram direcionados para o programa integrado «Youthreach», que proporciona educação, formação e experiência laboral aos jovens que abandonaram precocemente a escola sem qualificações ou formação profissional.

NA ITÁLIA, a principal reorientação da despesa já em curso também aborda o desemprego dos jovens e inclui o financiamento de um plano de empregabilidade na Sicília, que deverá beneficiar cerca de 50 000 jovens, e novas atividades de educação para 65 300 estudantes do sul. Além disso, foi lançada uma iniciativa importante de combate ao abandono escolar precoce (envolvendo 311 milhões de EUR) e está a ser direcionado financiamento adicional para apoiar o empreendedorismo jovem, ascendendo a 100 milhões de EUR.

A INVESTIGAÇÃO DA ECFIN REVELA UM IMPACTO POSITIVO DA POLÍTICA DE COESÃO

Uma análise realizada pela Direção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (DG ECFIN) mostra que o impacto da política de coesão na economia dos Estados-Membros é, de um modo geral, positivo.

A DG ECFIN tem à sua disposição o modelo QUEST III para investigação e análise da política macroeconómica, que indica que a execução dos programas de coesão 2000-2006 (ou seja, entre 2000 e 2006) aumentou o PIB agregado da UE-27 em 0,2% e prevê-se que duplique em 2020, refletindo a melhoria da estrutura das economias graças aos programas da política de coesão.

Os economistas da DG ECFIN indicam que, graças aos seus efeitos positivos no comércio, a EU, na sua globalidade, está melhor com a política de coesão do que sem ela.



O itinerário do Comissário incluiu a nova Estação Central de Viena, que será uma porta de ligação ferroviária tanto para passageiros como para mercadorias para toda a região do Danúbio.

▶ ESTRATÉGIA DA UE PARA A REGIÃO DO DANÚBIO: UM ANO DE AÇÃO

Um ano após o lançamento da Estratégia, o Comissário Johannes Hahn visitou vários países da região para avaliar os progressos alcançados no terreno.

Uma abordagem macrorregional para a Região do Danúbio

Lançada em junho de 2011, a Estratégia da UE para a Região do Danúbio (EUERD) é o segundo maior exercício de cooperação da UE – seguindo o exemplo da Região do Mar Báltico – na qual ministros e decisores políticos executam políticas, programas e projetos sobre um conjunto de problemas comuns.

Incluindo alguns dos territórios mais ricos e mais pobres da Europa, esta assume uma importância acrescida numa altura de crise económica para que a Região do Danúbio trabalhe em conjunto para maximizar o seu potencial e gerar crescimento e empregos. A EUERD ajuda a facilitar

isto e existe um Plano de Ação para a região que inclui ações e projetos concretos – por exemplo, para melhorar as interligações, incluindo a navegação no Danúbio; para promover a inovação através do intercâmbio de boas práticas, trabalho em rede e iniciativas conjuntas; e para aumentar a competitividade através da ligação entre empresas.

Apresentação dos primeiros resultados

Na sua viagem entre Viena e Sofia de 27 de junho a 1 de julho, o Comissário Hahn visitou sete Estados participantes. O objetivo da viagem pela Áustria, Eslováquia, Hungria, Croácia, Sérvia, Roménia e Bulgária foi o de avaliar os progressos, compreender melhor as questões no terreno e determinar o que pode ser melhorado.

Durante reuniões com representantes políticos e outras partes interessadas, tornou-se claro que a Estratégia já está a produzir uma nova dinâmica, com o aparecimento de

alguns resultados importantes, ilustrados por alguns dos projetos visitados, conforme apresentado nestas páginas, bem como:

- pelo projeto de gestão de rios próximo a Viena, que melhora a navegação e protege o ambiente recorrendo a novas formas, como a utilização de modelização por computador e da infraestrutura de iluminação ecológica;
- pelos avançados projetos de tratamento de águas residuais e energias renováveis (biogás) na Hungria;
- pela conferência sobre a cooperação transfronteiriça em inovação, com intervenientes romenos e búlgaros;
- pelo exercício coordenado de resposta a emergências com a participação da Bulgária, Roménia, Sérvia e Áustria, que destacou o modo como equipamento e abordagens podem ser efetivamente partilhados.

Política de coesão e estratégias macrorregionais

A abordagem macrorregional, que junta Estados-Membros (e não membros) ligados por fatores geográficos, constitui uma oportunidade de maximização dos impactos económicos, sociais e ambientais da política de coesão e de outras políticas da UE. A estreita cooperação sobre planeamento estratégico e desenvolvimento dos fundos da UE constituirá um importante contributo para a concretização da Europa 2020, em termos de intercâmbio de boas práticas, trabalho em rede e iniciativas conjuntas em áreas como o crescimento e o emprego, a redução da fuga de cérebros, o desenvolvimento cooperativo e sustentável e a melhoria da capacidade administrativa.

Por conseguinte, para o período 2014-2020, a Comissão propõe a incorporação de estratégias macrorregionais em todos os processos de programação (Quadro Estratégico Comum, Acordos de Parceria e todos os Programas Operacionais, conforme o adequado).

Próximos passos

Em novembro de 2012, a Comissão, juntamente com as autoridades da Baviera, organizará o primeiro Fórum Anual da Estratégia, que constituirá mais uma oportunidade de avaliar o trabalho realizado, mostrar o valor acrescentado da Estratégia, sensibilizar o público e planear melhor o futuro. Aguardamos, com expectativa, as propostas e as ideias de todos os intervenientes.



A ponte de Vidin-Calafat entre a Bulgária e a Roménia, que deverá ficar concluída em 2012 e que está integrada na rede transeuropeia de transportes que deverá ajudar as ligações entre o noroeste da Bulgária, o sudoeste da Roménia e o leste da Hungria.



O Comissário Hahn visitou os projetos das incubadoras de empresas e do parque de ciência de Osijek (Croácia) (na imagem) e de Novi Sad (Sérvia), nos quais se desenvolvem ligações entre investigação, inovação e empresas.



O ponto de passagem fronteiriço fluvial de Schengen integrado entre a Hungria e a Croácia no Porto de Mohács foi outro dos projetos visitado pelo Comissário Hahn, onde todos os serviços têm acesso à mais recente tecnologia de partilha de informação sob um teto, facilitando a mobilidade e o comércio e melhorando a segurança.

▶ SAIBA MAIS

- http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/index_pt.cfm
- <http://danube-region.eu/>
- <http://balticsea-region-strategy.eu/>



Custo total:
465 140 000 EUR
Contribuição da UE:
119 726 000 EUR

▶ DOLNOSLAKIE, POLÓNIA

▶ EXPANSÃO DE ARMAZÉM DE GÁS PARA MAIOR SEGURANÇA ENERGÉTICA

Um novo armazém de gás subterrâneo de grandes dimensões no sudoeste da Polónia está em funcionamento após um projeto de expansão de três anos. Com um volume de trabalho do tamanho de 480 mil piscinas olímpicas, o armazém de Wierzchowice ajudará a garantir a segurança energética a nível nacional e da UE.

A cerca de 40 km a leste da cidade de Wrocław, o Wierzchowice fica na Baixa Silésia, famosa pelos seus grandes e produtivos campos de gás natural. O local produziu gás durante mais de duas décadas até 1995, quando os seus reservatórios se esgotaram. Hoje em dia é utilizado para armazenar gás com alto teor de metano, devido às alterações efetuadas no reservatório e nas suas infraestruturas.

No âmbito de um projeto parcialmente financiado pela UE, as obras de conversão de um reservatório de gás natural num armazém de gás iniciaram-se em março de 2009. A tecnologia de ponta que garante a maior eficiência energética (como grupos compressores, poços e gasodutos novos ou melhorados) permite a entrada e extração de gás conforme necessário. Em conformidade com as rigorosas diretrizes ambientais, as obras de construção e engenharia foram supervisionadas pela Companhia Polaca do Gás e do Petróleo (PGNiG), a maior empresa nacional de gás e petróleo.

Duplicação da capacidade

A capacidade de armazenamento de gás nestas instalações mais do que duplicou, de 575 milhões para 1,2 mil milhões de metros cúbicos, o que permite uma taxa de retirada máxima de cerca de 4,8 milhões de metros cúbicos por dia. Há planos para aumentar ainda mais a capacidade de armazenamento nos próximos anos.

«O investimento em Wierzchowice tem uma importância crucial, permitindo que a Polónia mantenha as suas reservas de gás em níveis suficientes», afirma Robert Kałuża, do Ministério do Desenvolvimento Regional polaco. «Este investimento é de grande importância para responder às oscilações sazonais no consumo ou quando os fornecimentos de gás são temporariamente reduzidos ou sofrem perturbações. A infraestrutura é igualmente importante para a estratégia de segurança energética da UE e para o desenvolvimento de um mercado comum de gás.»

No âmbito de planos da UE, a Polónia definiu a meta de aumentar a capacidade dos seus armazéns subterrâneos de gás natural em perto de 60%. Atualmente, três armazéns de gás são elegíveis para receberem fundos da EU: Wierzchowice, Strachocina e Kosakowo. Wierzchowice é o maior dos três.

▶ SAIBA MAIS
<http://www.osm.pgnig.pl/>

▶ BRNO, REPÚBLICA CHECA

▶ DESENVOLVER NOVOS MATERIAIS COM NANOTECNOLOGIA

Funcionando à escala de átomos e moléculas, o trabalho da nanotecnologia é invisível ao olho nu. Mas a sua capacidade para modificar materiais ou desenvolver novos materiais – em setores tão diversos como os cuidados de saúde e a indústria – significa que os seus impactos podem ser enormes. Um novo centro regional de I&D em Brno está a impulsionar esta área da tecnologia, desenvolvendo novas aplicações e formando os especialistas do futuro nesta matéria.

A nanotecnologia pode ser usada para desenvolver materiais com características únicas. Estes materiais podem substituir os atualmente utilizados em procedimentos de produção, que podem ser nocivos para o meio ambiente e não serem economicamente eficazes. Por estas razões, a investigação em matéria de nanotecnologia é uma prioridade crescente na República Checa e em toda a UE.

O «Centro Regional de I&D para plasma de baixo custo e tratamento de superfície utilizando a nanotecnologia» tem a sua sede em Brno, a segunda maior cidade do país. O projeto, parcialmente financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, tem por objetivo responder à crescente procura de procedimentos de produção por parte das empresas industriais inovadoras que necessitam do desenvolvimento e da utilização de nanotecnologia de ponta – mas com um investimento e com custos operacionais mínimos e com uma intervenção mínima nos atuais procedimentos de fabrico.

Alterar as propriedades de superfície

«Podemos invocar mais de 50 anos de experiência e investigação no Instituto de Física – Eletrónica da Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Masaryk», afirma Jan Čech, membro da equipa de implementação do projeto. Este responsável salienta que as tecnologias de plasma atualmente em desenvolvimento permitem o ajuste e a alteração das superfícies dos materiais. Os exemplos incluem juntas coladas mais fortes, tintas ou impressões a cores melhoradas ou revestimentos finos que garantem uma maior resistência dos materiais à abrasão e que são biocompatíveis ou que têm atributos antibacterianos. «Isto é feito com plasma

elétrico frio gerado sob pressões atmosféricas», afirma, adiantando que o plasma é frequentemente denominado «o quarto estado» da substância, uma vez que não é sólido, nem líquido nem gasoso.

As tecnologias em desenvolvimento no Centro de Brno podem ser usadas nas indústrias checas tradicionais, como os têxteis, o vidro ou o automóvel, bem como na indústria eletrónica mundial. O Centro também oferece oportunidades de formação aos jovens profissionais que procuram uma carreira no setor da nanotecnologia e da tecnologia de plasma.



▶ SAIBA MAIS

<http://www.nanocontact.cz/en/home>

▶ PROGRAMA PERIFERIA SETENTRIONAL (PPS)*

▶ INCENTIVO AOS MERCADOS DE BIOENERGIA RURAIS

As áreas rurais das franjas setentrionais da Europa oferecem diversas fontes de energias renováveis autóctones, nomeadamente madeira e biomassa marinha. Um projeto transnacional, que une quatro países, pretende criar mercados de combustível locais florescentes que tirem partido destes recursos renováveis.

A biomassa é cada vez mais importante para a UE no âmbito dos esforços para que 20% da energia consumida tenha origem em fontes renováveis até 2020. O projeto RASLRES (*Regional Approaches to Stimulating Local Renewable Energy Solutions* – Abordagens Regionais para Incentivar Soluções de Energias Renováveis Locais) procura aumentar o uso e aproveitamento de recursos de bioenergia produzidos localmente nas áreas rurais da região periférica setentrional da Europa. Este projeto contém a promessa de importantes benefícios económicos, sociais e ambientais para as comunidades locais.

O projeto incluiu parceiros da Irlanda, Irlanda do Norte, Escócia e Suécia. Juntos, procuram meios de criar mercados de energias renováveis a partir de madeira local, biomassa marinha (algas) e caniço-malhado, uma cultura energética que cresce bem no norte da Europa. «O nosso objetivo é criar postos de trabalho locais a partir de energia local», afirma Ian Brannigan, diretor executivo interino da Western Development Commission (Comissão de Desenvolvimento Ocidental) (Irlanda), um dos principais parceiros no projeto.

Ferramenta bioenergética online

O foco em cadeias de fornecimento completas é exclusivo deste projeto estratégico, o que significa, assegurar que todos, desde os fornecedores até aos utilizadores, podem estar seguros de que estes biocombustíveis vão ser produzidos em quantidade e com qualidade suficientes para desenvolver mercados locais autossustentáveis para as energias renováveis.



A nova «Ferramenta bioenergética» online do projeto, lançada pelo Ministro do Ambiente irlandês, esforça-se por criar essa segurança. Dirigida aos fornecedores e utilizadores de energia dos quatro países parceiros, a ferramenta disponibiliza informação local, regional e nacional sobre madeira para combustão, biomassa marinha e caniço-malhado.

«A Ferramenta bioenergética apoia o processo de tomada de decisões para melhorar ainda mais a transição da dependência energética dos combustíveis fósseis para um uso cada vez maior de energias renováveis», afirma Nicolas Forsling, responsável pelo Secretariado do PPS. A ferramenta está equipada com uma calculadora de bioenergia, que mostra aos utilizadores uma estimativa das poupanças financeiras e a nível de emissões que podem ser feitas ao substituírem os combustíveis fósseis por biocombustíveis nas suas necessidades energéticas.

▶ SAIBA MAIS

<http://www.raslres.eu/bioenergy-tool/>

* Irlanda, Reino Unido e Suécia

▶ UMBRIA, ITÁLIA

▶ SISTEMA PARA DOBRAR VESTUÁRIO CHAMA A ATENÇÃO A NÍVEL MUNDIAL

Deslocar e distribuir vestuário em grande escala pode ser moroso. Uma empresa de Umbria oferece soluções para este desafio, produzindo cerca de 700 sistemas automatizados por ano. O seu último desenvolvimento, um distribuidor de vestuário dobrado, coloca a fasquia da inovação num patamar superior.

Situada em Perugia, a Metalprogetti Spa é especialista na gestão e distribuição de cabides para vestuário. Os seus sistemas são vendidos por todo o mundo para serem usados em setores que variam desde a limpeza a seco até a lavagem de roupa industrial.

A gestão e distribuição de vestuário podem colocar uma série de desafios às empresas e às fábricas, especialmente quando cada artigo tem de ser organizado e guardado individualmente. A Metalprogetti quer simplificar estes procedimentos, sobretudo através da automação. Cada sistema é modular e personalizado para as necessidades cada cliente.

A investigação e o desenvolvimento são importantes para a empresa, de modo a garantir sua competitividade. A empresa tem um laboratório próprio com nove funcionários a tempo inteiro e colabora com o Departamento de Engenharia da Universidade de Perugia. A Metalprogetti tem mais de 40 patentes exclusivas, resultantes da tecnologia exclusiva dos seus produtos.

Dobragem automatizada de vestuário

O projeto de investigação «Estudo e investigação para a criação de um inovador distribuidor de vestuário dobrado» recebeu ajuda do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, atribuída pela Região de Umbria. Este projeto levou à criação de um sistema especial de distribuição de vestuário dobrado – concebido para ser usado em hospitais, institutos de análises, lares, spas terapêuticos, fábricas, etc. Trata-se de locais onde os funcionários têm de usar uniforme e vestuário de proteção pessoal.



Custo total:
242 700 EUR
Contribuição da UE:
84 900 EUR

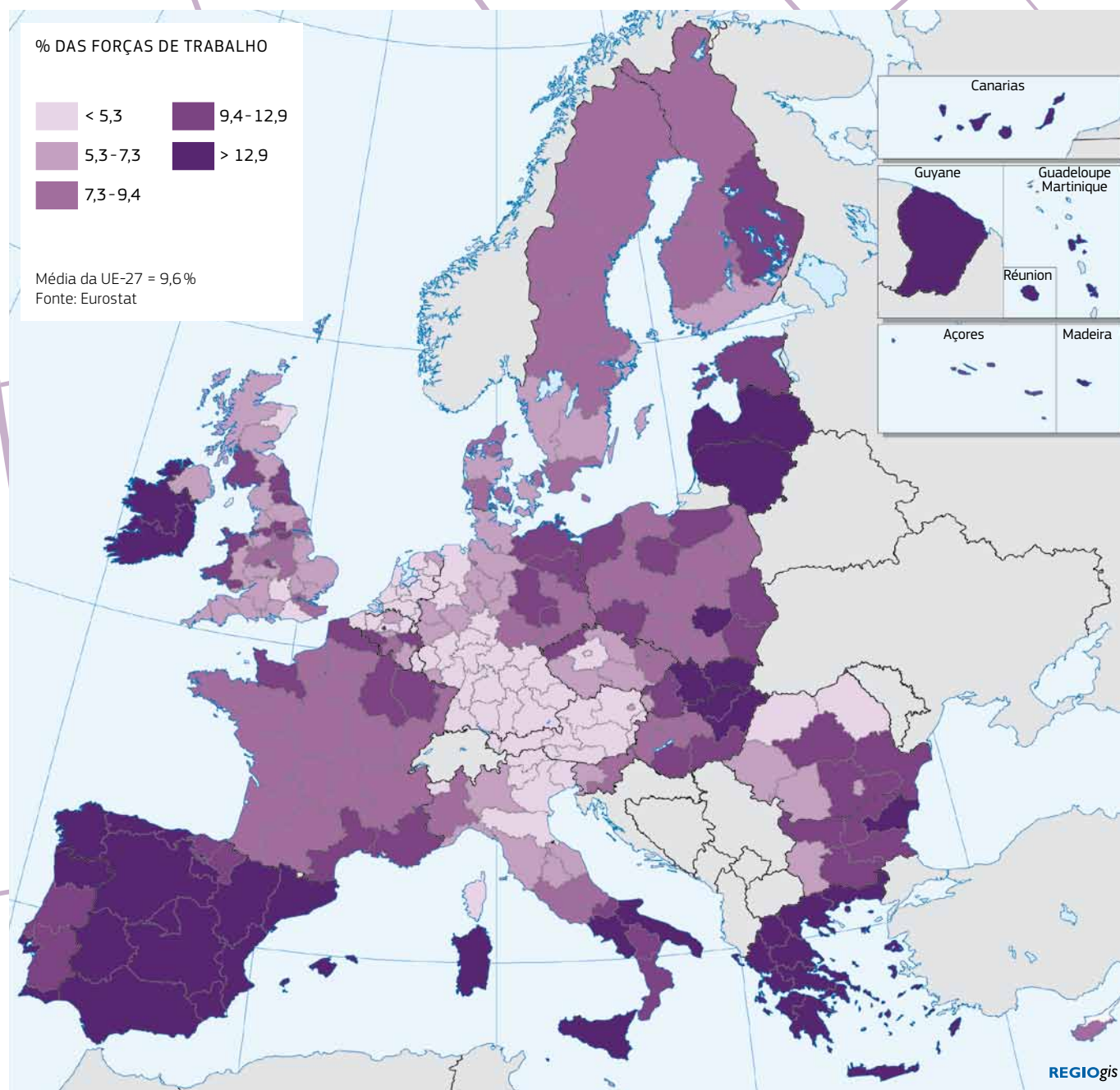
«Este novo distribuidor de vestuário dobrado para a distribuição e entrega de uniformes é agora vendido em todo o mundo», afirma o Dr. Willebrord Sluijters, da DG Política Regional da Comissão Europeia, que recentemente visitou a fábrica. «Reduz os tempos de manuseamento a um mínimo, eliminando laboriosos procedimentos de inspeção, organização e ordenação.»

O nosso sistema permite uma fácil recolha e entrega de vestuário ou outros artigos. Oferece ainda um controlo operacional 100% fiável, uma vez que pode monitorizar o número de artigos recolhidos por qualquer indivíduo. Além disso, o distribuidor também consegue manusear vestuário dobrado e/ou objetos não acondicionados, evitando, assim, a necessidade de estabelecer uma linha de acondicionamento especializada e permitindo a gestão da entrega de artigos que não podem ser acondicionados, devido à sua dimensão ou forma.

▶ SAIBA MAIS

<http://www.metalprogetti.it>

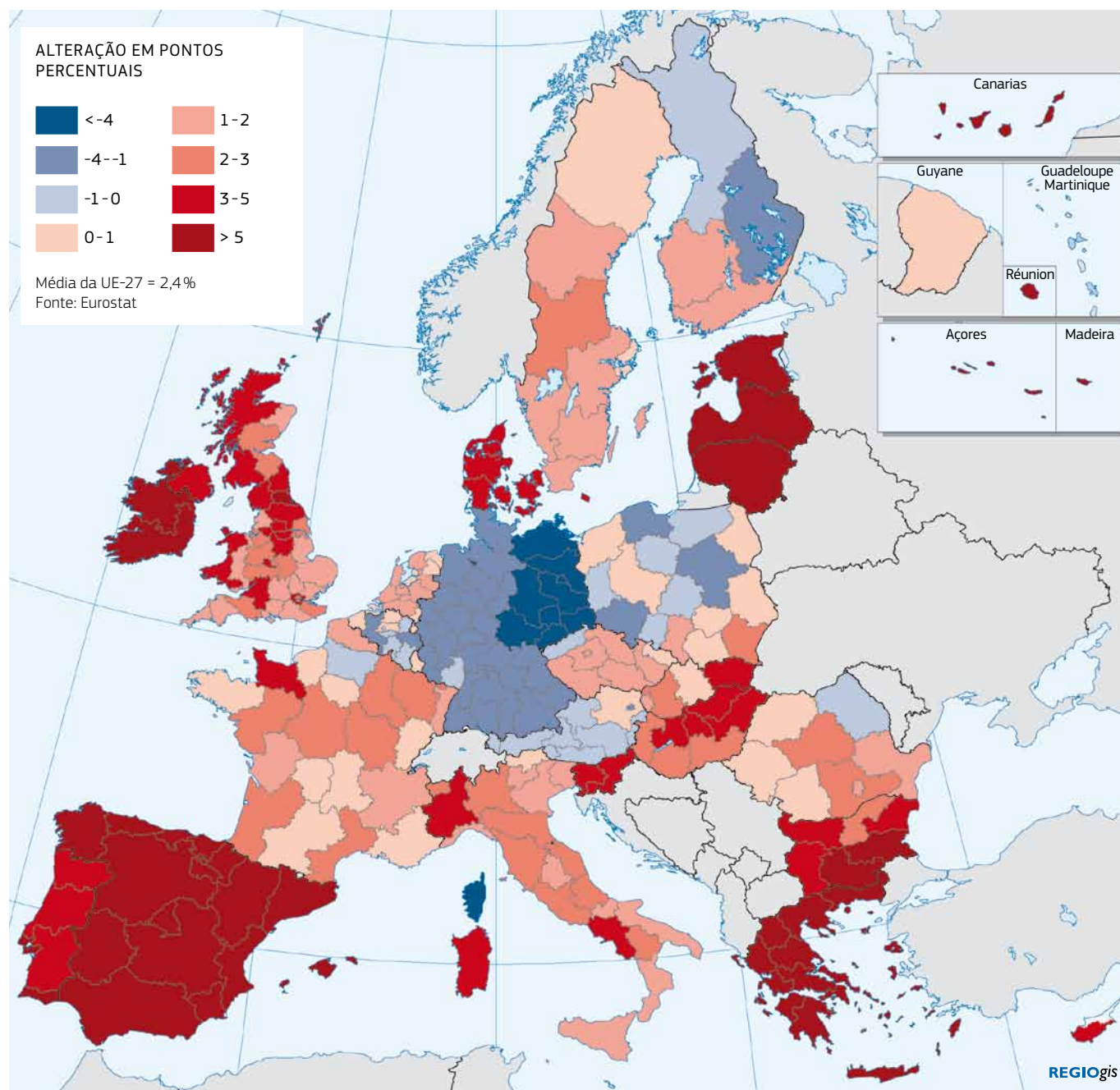
▶ TAXA DE DESEMPREGO, 2011



Existem grandes disparidades regionais a nível de desemprego nas regiões da UE-27. Uma região em cada três tem uma taxa de desemprego superior a 10%. As taxas mais elevadas registam-se nas regiões espanholas e gregas, bem como nos departamentos ultramarinos franceses. A maioria das 41 regiões com taxas de desemprego superiores a 15%

(um aumento face às 26 regiões em 2010) encontra-se nestes três Estados-Membros. Por outro lado, 46 regiões, principalmente situadas na Áustria, Alemanha, Bélgica e Países Baixos, registam taxas de desemprego inferiores a 5% – um aumento face às 34 regiões em 2010.

▶ ALTERAÇÕES NA TAXA DE DESEMPREGO, 2007-2011



Entre 2007 e 2011, três em cada quatro regiões viram as suas taxas de desemprego aumentar. A crise económica na Europa afetou gravemente as regiões de Espanha, Grécia, Irlanda e países bálticos, com algumas regiões a registarem um aumento da taxa de desemprego de mais de cinco

pontos percentuais. Por outro lado, o desemprego caiu nas regiões alemãs, em especial nos *Länder* do leste do país (em parte devido à mobilidade laboral), na Áustria, Bélgica, Polónia e Finlândia.

▶ ABORDAGEM DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA UMA MELHOR COESÃO TERRITORIAL

PROVAS DE UMA AVALIAÇÃO RECENTE

As abordagens de desenvolvimento e de parcerias locais são elementos chave para a futura política de coesão. No próximo período de programação, os agentes locais vão poder empregar abordagens de desenvolvimento local orientadas pela comunidade, investimentos territoriais integrados e inovadoras ações urbanas para promoverem uma estratégia integrada para o desenvolvimento territorial.

Uma avaliação recente – «Contributo do desenvolvimento local para a realização de intervenções cofinanciadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) nos dois últimos períodos de programação 2000-2006 e 2007-2013» – levada a cabo pelo IRS (Istituto per la Ricerca Sociale) e pelo IGOP (Institut de Govern i Politiques Publiques), analisou as experiências de cinco regiões (ver caixa 1) para procurar provas sobre o valor acrescentado do desenvolvimento local para uma efetiva realização da política de coesão. Esta avaliação destacou os potenciais e as limitações da abordagem e delineou recomendações úteis para o futuro.

A avaliação analisa os documentos sobre o desenvolvimento local e destaca as abordagens de desenvolvimento local utilizadas com maior frequência, os pontos fortes e fracos de cada uma e a capacidade institucional necessária a uma efetiva implementação. Nos 38 Programas Operacionais que distribuíram a maioria dos montantes disponíveis no âmbito do FEDER à política territorial, a avaliação observou os modos de funcionamento das abordagens de desenvolvimento local nos diferentes territórios e forneceu uma base para a seleção de cinco estudos de casos a serem examinados. Cada estudo de caso regional analisa a rede entre os agentes principais, captando a estrutura de governo que representa um aspeto crucial da abordagem de desenvolvimento local.

Várias características comuns de abordagem de desenvolvimento local surgiram entre estas áreas:

- foco no desenvolvimento social e económico de áreas desfavorecidas;
- referência a um território específico;
- integração de diferentes políticas sectoriais;
- mobilização de uma pluralidade de diferentes agentes também a nível local.



Cádiz

AS CINCO REGIÕES NUTS 2* ABRANGIDAS PELO ESTUDO E PELOS MINI ESTUDOS DE CASOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS FORAM:

- URBANA CADIZ Project, Andaluzia (ES)
- Neighbourhood Mothers, Berlim (DE)
- Integrated Urban Development Programme, Severozápad (CZ)
- PIT 1 Tavoliere, Puglia (IT)
- WCVA Community Capacity Building, West Wales e Valleys (RU)

* Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos



Berlim

O estudo conclui que as abordagens de desenvolvimento local na realização de intervenções cofinanciadas pelo FEDER:

- contribuem para a melhoria do *papel das autoridades locais e municipais*. O acordo institucional mais frequente nas abordagens de desenvolvimento local é o envolvimento dos municípios no planeamento e implementação da Política de Coesão europeia;
- necessitam de «tempo». A *continuidade* dos programas dos pontos de vista territorial, temático e de governação é de grande importância;
- as abordagens de desenvolvimento local «puras» funcionam melhor se o *reforço de capacidades* for um dos seus objetivos e um dos seus principais tipos de intervenção. Os agentes locais (isto é, pequenas organizações não governamentais, empresas sociais, microempresas) e o pessoal de projeto devem receber apoio e assistência para desenvolver a capacidade necessária para promover o desenvolvimento comunitário.

A avaliação sugere que as disposições do desenvolvimento local orientado pela comunidade (artigos 28.º a 31.º do Regulamento relativo às Disposições Comuns) representam apenas uma das vias possíveis para implementar a abordagem de desenvolvimento local e para colher os benefícios de uma ênfase no foco territorial, integração política e envolvimento das partes interessadas. Em circunstâncias diferentes são possíveis outras alternativas.

«As abordagens de desenvolvimento local assumem todas as formas e meios e reduzi-las a um modelo único – de acordo com uma filosofia de “tamanho único” – é certamente impossível.»

O estudo destaca três modelos principais de abordagens de desenvolvimento local:

- **Abordagem de desenvolvimento local pura:** pequeno foco territorial, abordagem temática integrada e parceria inclusiva;
- **Corretiva em políticas sectoriais:** foco territorial pequeno ou amplo, foco temático único, parceria quer como ferramenta quer como objetivo;
- **Abordagem de desenvolvimento local em política regional:** foco regional amplo, abordagem integrada, parceria estratégica.

A avaliação concluiu que são necessárias novas ferramentas e abordagens de avaliação que captem os objetivos intermédios da abordagem – nas dimensões da integração e parceria – e, de forma mais geral, a contribuição global da abordagem do desenvolvimento local.

▶ SAIBA MAIS

O relatório completo pode ser transferido em:
http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/pdf/eval2007/local_dev_final.pdf

▶ ECO WORLD STYRIA, VENCEDOR DO REGIOSTARS, MANTÉM A DINÂMICA



O ECO World Styria, o cluster de tecnologias limpas da Áustria que venceu o Prémio RegioStars 2012 na categoria de «crescimento inteligente», ganha cada vez mais relevo.

O Prémio europeu deu mais um impulso à inovadora concentração de organizações de tecnologia verde, que é agora uma força motriz na economia da província austríaca da Estíria.

O Prémio já ajudou a melhorar a imagem internacional do cluster austríaco de tecnologias limpas, explica Bernhard Puttinger, CEO do ECO World Styria. «Foi publicada uma série de artigos sobre o nosso vale de tecnologia verde na imprensa regional, nacional e internacional. Os comentários da imprensa têm sido muito favoráveis e colocam-nos, claramente, como um modelo de “melhores práticas” nesta matéria.»

Pólo de atração internacional de tecnologias limpas

De facto, o cluster de tecnologias limpas da Estíria está a transformar-se num polo de atração para especialistas internacionais em energia e engenharia.

«Quase todas as semanas, chegam delegações para visitar o vale de tecnologia verde e observarem o funcionamento do ECO World Styria, bem como conhecerem as empresas que aí trabalham», afirma Puttinger.

«Este ano recebemos a visita de 250 especialistas nesta matéria do Brasil, Rússia, Estados Unidos, China, França e do sudeste europeu. Em setembro, um grupo de investimento francês irá enviar uma delegação para conhecer a nossa carteira de empresas em rápido crescimento.»

Puttinger considera que o Prémio RegioStars distingue o espírito inovador das 180 empresas e instituições de investigação que trabalham na área da tecnologia ambiental e energia no cluster austríaco de tecnologias limpas. «É mais uma confirmação de que a região da Estíria está, atualmente, entre as principais regiões a nível internacional dedicadas a um maior desenvolvimento das tecnologias verdes de vanguarda», sublinha.

Exportação de serviços

Ao atribuir o prémio «crescimento inteligente» ao cluster de tecnologias limpas da região de Estíria, o júri do RegioStars afirmou: «O projeto ECO World Styria é excelente em todos os aspetos de inovação de novos serviços, elevou o conceito de cluster a um novo nível de qualidade e internacionalização. Os seus notáveis resultados a nível do apoio à criação de novas empresas, 5 000 novos postos de trabalho e impressionantes taxas de crescimento são uma importante inspiração para outras regiões europeias.»

«Decisivo para a atribuição do prémio europeu foi», acredito, «o dinamismo com o qual o ECO World Styria se está a desenvolver e o novo impulso que está a dar à região através do desenvolvimento de tecnologias verdes», acrescenta Puttinger. O cluster representa, atualmente, mais de 8% do produto regional bruto da região da Estíria.

O júri do RegioStars elogiou sobretudo os serviços inovadores oferecidos pelo ECO World Styria às suas empresas, como a inteligência de mercado e o trabalho em rede das empresas, que apoiam o crescimento das exportações. As Mesas Redondas Tecnológicas iniciadas pelo cluster e o Clube dos Inovadores em Tecnologias Limpas deram origem a inovadores projetos comerciais e de investigação.

Ponto crucial de engenharia ambiental

O Eco World Styria foi fundado em 2005 com o objetivo de se especializar em engenharia energética e ambiental e desenvolver um vale de «tecnologia verde» de classe mundial em Estíria. O projeto desempenha um papel importante na execução da política económica na província austríaca e é um importante elemento da nova estratégia económica 2020 da Estíria.

Em 2011, perto de 32 000 funcionários trabalhavam em empresas do cluster, cujo volume de negócios total ascendia a 7,7 mil milhões de euros, com uma quota de exportação de cerca de 90%.

▶ SAIBA MAIS
<http://www.eco.at>



▶ FINALISTAS ANUNCIADOS

Foram selecionados vinte e sete projetos nas cinco categorias para a próxima edição dos Prémios RegioStars. Os vencedores serão anunciados numa cerimónia em Bruxelas, a 7 de fevereiro de 2013. Os finalistas incluem vários projetos de Cooperação Territorial Europeia.

CRESCIMENTO INTELIGENTE

- Technopol Programme – Baixa Áustria (AT)
- CoOPTICS – Innovation to markets, Turíngia (DE)
- University-Business Knowledge Transfer, Castela e Leão (ES)
- UPTEC – Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, Norte de Portugal (PT)
- SLIM III, Suécia do Centro-Norte (SE)
- Innovation In Crops (InCrops), Leste de Inglaterra (UK)

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

- Green Business Growth in SMEs, Sul da Dinamarca (DK)
- ENWORKS Resource Efficiency Support, Noroeste da Inglaterra (UK)
- Hydrogen region Flanders – Sul dos Países Baixos (Cooperação Territorial Europeia)
- MED-Laine, Sardenha, Toscana e Alta Córsega (Cooperação Territorial Europeia)
- Cradle to Cradle Islands, Região do Mar do Norte (Cooperação Territorial Europeia)

CRESCIMENTO INCLUSIVO

- The Living Lab on Wellbeing Services and Technology, Oeste da Finlândia (FI)
- Individual Employment Paths, Warmińsko-Mazurskie (PL)
- Strides Alliance Partnership, País de Gales (UK)
- PASE – Public Policies and Social enterprises, Marche (líder) (Cooperação Territorial Europeia)
- SUCCESS, Kent (líder) (Cooperação Territorial Europeia)

CITYSTAR

- WienWin, Viena (AT)
- Park Spoor Noord, Antuérpia (BE)
- Neighbourhood Management Berlin (DE)
- Revitalisation of Mill Islands, Bydgoszcz (PL)
- MalmöLund – Metropolitan region, Malmö (SE)

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- www.efro.be – Flandres Ocidental (BE)
- www.eu-fonds.brandenburg.de – Brandeburgo (DE)
- www.agenciasopa.es – Andaluzia (ES)
- www.esparama.lt – Lituânia (LT)
- COSAFE, Västerbotten (SE)
- www.interact-eu.net – Bratislava (líder) (Cooperação Territorial Europeia)

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperate/regions_for_economic_change/regiostars_en.cfm

AGENDA

15 A 16 DE NOVEMBRO DE 2012

_Metz (FR)

Conferência Rurban

27 A 28 DE NOVEMBRO DE 2012

_Regensburg (DE)

1º Fórum Anual da
Estratégia da UE para
o Danúbio

3 A 4 DE DEZEMBRO DE 2012

_Paris (FR)

Reunião conjunta das redes
INFORM & INIO

7 DE FEVEREIRO DE 2013

_Bruxelas (BE)

Cerimónia de entrega dos
Prémios RegioStars 2013

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Info regio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_pt.cfm

DÊ-NOS A SUA OPINIÃO

Quais são os resultados da política de coesão na sua região? Gostaríamos de ouvir as suas histórias, destacando os resultados e os benefícios tangíveis para os cidadãos.

Também pode falar-nos dos seus preparativos para o próximo período de programação.

As contribuições selecionadas serão publicadas na próxima edição da revista *Panorama*.

Envie os seus artigos para:

regio-panorama@ec.europa.eu

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2012

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional
Comunicação, Informação e Relações com Países Terceiros
Raphaël Goulet

Avenue de Tervueren 41, B-1040 Bruxelas

Courriel: regio-info@ec.europa.eu

Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.htm